

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	4
1.5 Principais clientes	5
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	6
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	7
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	8
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	9
1.10 Informações de sociedade de economia mista	11
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	12
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	13
1.13 Acordos de acionistas	15
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	16
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	17
1.16 Outras informações relevantes	18
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	19
2.2 Resultados operacional e financeiro	26
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	28
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	31
2.5 Medições não contábeis	32
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	37
2.10 Planos de negócios	38
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	41
3.2 Acompanhamento das projeções	42

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	43
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	53
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	54
4.4 Processos não sigilosos relevantes	56
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	57
4.6 Processos sigilosos relevantes	58
4.7 Outras contingências relevantes	59
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	60
5.2 Descrição dos controles internos	65
5.3 Programa de integridade	69
5.4 Alterações significativas	72
5.5 Outras informações relevantes	73
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	74
6.3 Distribuição de capital	78
6.4 Participação em sociedades	79
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	80
6.6 Outras informações relevantes	81
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	82
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	83
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	84
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	85
7.4 Composição dos comitês	92
7.5 Relações familiares	93
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	94
7.7 Acordos/seguros de administradores	97
7.8 Outras informações relevantes	98
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	99

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	101
8.3 Remuneração variável	105
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	107
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	108
8.6 Outorga de opções de compra de ações	109
8.7 Opções em aberto	110
8.8 Opções exercidas e ações entregues	111
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	112
8.10 Outorga de ações	113
8.11 Ações entregues	114
8.12 Precificação das ações/opções	115
8.13 Participações detidas por órgão	116
8.14 Planos de previdência	117
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	118
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	119
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	120
8.18 Remuneração - Outras funções	121
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	122
8.20 Outras informações relevantes	123
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	124
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	125
9.4 Outras informações relevantes	126
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	127
10.1 Descrição dos recursos humanos	129
10.2 Alterações relevantes	133
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	134
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	135
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	136
10.5 Outras informações relevantes	137
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	138
11.2 Transações com partes relacionadas	140
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	141
11.3 Outras informações relevantes	142
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	143
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	145
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	146
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	147
12.5 Mercados de negociação no Brasil	148
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	149
12.7 Títulos emitidos no exterior	150
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	151
12.9 Outras informações relevantes	152
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	153
13.1 Declaração do diretor presidente	154
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	155
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	156
13.2 Declaração do diretor presidente	157
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	158

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1 – Histórico do emissor

A história da Companhia se iniciou em 2014 com a compra da empresa Inepar Telecom, pertencente ao Grupo Inepar, companhia listada na bolsa, cujas atividades estavam paralisadas desde o ano 2000. Alguns dos Vendedores transferiram as atividades da sociedade WHPH Participações e Empreendimentos S.A. ("WHPH") para a Atom Empreendimentos e Participações S.A ("Atom Participações"), denominação que foi então adotada pela Companhia, em março de 2017, após a Companhia ter sido excluída do polo passivo de recuperação judicial do Grupo Inepar e consequentemente ter havido a extinção da recuperação judicial da Companhia.

Em 2021, a WHPH e Exame Ltda. ("Exame"), controlada pelo BTG Pactual, celebraram um acordo de compra e venda de uma parcela das ações da Atom Participações. A WHPH, que detinha 69,56%, ficou com 34,78% e a outra parte passou a ser detida pela Exame.

Em 2024, a WHPH, a J.P. Tuche Asset Management Administração de Carteiras LTDA., Ana Carolina Paifer e a Exame ("Vendedores") negociaram a venda da totalidade da participação que detinham na Atom Participações, correspondente a 76,505% do capital social. A negociação teve por objeto a alienação do controle acionário da Atom Participações, envolvendo a aquisição, pela Fictor Holding S.A. e a AQWA Capital Holdings LLC (atual denominação da Conquest Holdings LLC) ("Compradoras"), da totalidade da participação detida pelos Vendedores na Companhia, ("Alienação de Controle"). A Alienação de Controle foi concluída em 11 de dezembro de 2024.

A Alienação de Controle foi precedida de uma reorganização societária que teve como resultado a cisão parcial proporcional da Companhia com a incorporação do acervo cindido pela Atom Educação e Editora S.A. ("Atom Educação"), o qual foi composto pela participação de 100% do capital social detida pela Companhia na Atom Educação e todos os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Por consequência, houve o cancelamento da participação societária detida pela Companhia na Atom Educação e a entrega das ações de emissão da Atom Educação aos acionistas da Companhia na mesma proporção da participação detida por eles no capital social da Companhia anteriormente à realização da cisão. Todos os demais ativos e passivos existentes na Companhia remanesceram nela após a cisão e ela teve sua denominação social alterada para Fictor Alimentos S.A. ("Cisão Parcial com Incorporação") e, em conjunto com a Alienação de Controle, "Reorganização Societária").

Os Compradores, atuais acionistas controladores da Companhia, são holdings de participações possuem investimentos em empresas dos segmentos imobiliário, agronegócio, energia renovável e microcrédito, que têm como propósito declarado a criação sustentável de valor para seus negócios, para os acionistas e para toda a sociedade.

Com a Reorganização Societária, a Companhia passou a denominar-se "Fictor Alimentos S.A." e deixou de possuir operações próprias, passando a ser uma holding pura. Os Compradores têm como objetivo focar a Companhia no segmento de proteína animal, razão pelo qual seu objeto social foi alterado para contemplar essas atividades. Para mais informações referentes à Reorganização Societária, ver o item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 – Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Após a Reorganização Societária descrita no item 1.12 deste Formulário de Referência, a Companhia deixou de exercer atividades relacionadas ao segmento educacional e, na data deste Formulário de Referência, não possuía operações próprias em andamento. Não obstante, os novos controladores da Companhia estão implementando as novas estratégias para a estrutura operacional da Companhia, que consiste na atuação como uma holding pura com foco em investimentos em empresas que atuam no segmento de proteína animal.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 – Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Após a Reorganização Societária descrita no item 1.12 deste Formulário de Referência, a Companhia deixou de exercer atividades relacionadas ao segmento educacional, passando a ser uma holding pura. A Companhia pode adquirir participações em empresas que atuam no segmento de proteína animal, conforme previsto no Estatuto Social. Para mais informações referentes à Reorganização Societária, ver o item 1.12 deste Formulário de Referência.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Não aplicável.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não aplicável.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 – Produção/Comercialização/Mercados

(a) Características do processo de produção

Não aplicável, haja vista que, após a Reorganização Societária, a Companhia deixou de exercer atividades operacionais, passando a ser uma holding pura. Para mais informações referentes à Reorganização Societária, ver o item 1.12 deste Formulário de Referência.

(b) Características do processo de distribuição

Não aplicável.

(c) Características dos mercados de atuação, em especial:

Não aplicável.

(d) Eventual sazonalidade

Não aplicável.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

Não aplicável.

1.5 Principais clientes

1.5 – Principais clientes

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve nenhum cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve nenhum cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 – Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Não se aplica à Companhia, pois a Companhia, enquanto holding pura, não desempenha atividades em segmentos regulados, ou ainda para as quais necessite de agências reguladoras e/ou autorizações governamentais.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Não se aplica à Companhia, pois até o momento, a Companhia, enquanto holding pura, ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais, tampouco incorre em custos relevantes para o cumprimento da regulamentação ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não se aplica à Companhia, pois a Companhia, enquanto holding pura, não depende de patentes e marcas para desenvolver suas atividades.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

Não se aplica à Companhia, pois a Companhia não realizou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 – Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que 100% da receita da Companhia era proveniente de clientes localizados no Brasil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que 100% da receita da Companhia era proveniente de clientes localizados no Brasil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 – Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou um relatório anual ou outro documento específico contendo informações relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG).

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

No exercício social de 2023, a Companhia não implementou uma metodologia ou padrão específico a ser seguido para informações relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG). Isso se deve ao fato de a Companhia não ter divulgado um relatório anual ou outro documento específico para essas informações durante esse período.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) A não divulgação de informações ASG

No exercício social de 2023, a Companhia não realizou inventários de emissão de gases do efeito estufa. Esta ação poderá ser endereçada conforme a Companhia avançar na jornada ASG.

(ii) A não adoção de matriz de materialidade

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(iii) A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(iv) A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(v) A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

No exercício social de 2023, a Companhia não divulgou relatório anual ou outro documento específico para informações de ASG.

(vi) A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

No exercício social de 2023, a companhia não realizou inventários de emissão de gases do efeito estufa, pelo fato de não possuir impacto relevante no que diz respeito a emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 – Informações de sociedade de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante

Em 14 de novembro de 2023, a Companhia, por meio da Atom Educação, assinou Contrato de Compra e Venda ("Contrato") com a Cebrac Consultoria e Franquia Ltda. ("Cebrac"), cujo objeto foi a aquisição de 51% da Cebrac, franqueadora no segmento de cursos livres profissionalizantes ("Transação"). A Transação teve por objetivo diversificar o mercado de atuação educacional e possibilitar a distribuição de produtos em unidades físicas. A celebração do Contrato e as principais condições do negócio, inclusive que a quotas de emissão da Cebrac, foram avaliadas por R\$ 25,0 milhões de Equity Value (5x EBITDA 2022) e o pagamento do percentual adquirido pela Companhia (51%) foi realizado à vista com recursos próprios da Companhia. A transação foi concluída em 12 de janeiro de 2024, com a aprovação definitiva pelo CADE.

No âmbito da Reorganização Societária descrita no item 1.12 abaixo, a Atom Educação não mais integra os ativos da Companhia, tampouco a Cebrac.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Reorganização Societária

Em 17 de outubro de 2024, foi aprovada a cisão parcial da Companhia ("AGE da Cisão"), a qual foi implementada em 11 de dezembro de 2024 ("Cisão Parcial com Incorporação").

A Cisão Parcial com Incorporação teve como objetivo segregar o Acervo Cindido da Companhia previamente à Alienação de Controle (conforme definida abaixo) e foi realizada com a seguinte estrutura:

- a) cisão parcial proporcional da Companhia com versão, à Atom Educação e Editora S.A. ("Atom Educação"), cujo capital social era 100% detido pela Companhia, de todos os direitos de propriedade intelectual da Companhia, que representavam, aproximadamente 70% do patrimônio líquido contábil da Companhia em 30 de junho de 2024 ("Acervo Cindido" e "Alienação de Controle", respectivamente), por meio de incorporação, com a consequente entrega de ações de emissão da Atom Educação aos acionistas da Companhia na proporção detida por eles anteriormente à Cisão Parcial com Incorporação;
- b) na data em que a Cisão Parcial com Incorporação se tornou efetiva, a participação detida pela Companhia na Atom Educação e todos os direitos de propriedade intelectual da Companhia, foram segregados à Atom Educação, que passou a ter base acionária, respectivas participações no capital social e estrutura de controle idênticas às da Companhia, registro sob a categoria "A" junto a CVM e listagem e admissão de suas ações à negociação no segmento básico na B3; e
- c) não houve diluição dos acionistas da Companhia decorrente da Cisão Parcial com Incorporação. Todos os demais ativos e passivos existentes na Companhia remanesceram nela após a reorganização, a qual teve a sua denominação social alterada para a atual Fictor Alimentos S.A.

No âmbito da reorganização societária, em 10 de maio de 2024, a Fictor Holding S.A. e a Aqwa Capital Holdings LLC (atual denominação da Conquest Holdings LLC) ("Compradoras") e WHPH Participações e Empreendimentos S.A. ("WHPH"), J.P. Tuche Asset Management Administração de Carteiras Ltda. ("Tuche"), Ana Carolina Paifer ("Carol Paifer") e Exame Ltda. ("Exame" e, em conjunto com WHPH, Tuche e Carol Paifer, os "Vendedores") celebraram o *Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças* e outros documentos correlatos ("Contrato"), tendo como objeto a alienação do controle acionário da Companhia precedida de uma reorganização societária, envolvendo:

- a) a aquisição, pelas Compradoras, da totalidade da participação detida pelos Vendedores na Companhia, correspondente à 76,505% do capital social naquela data ("Ações"), juntamente com os demais ativos e passivos remanescentes, excluídos a participação detida pela Companhia na Atom Educação e o Acervo Cindido ("Alienação de Controle"); e
- b) a realização, pelas Compradoras, de oferta pública de aquisição das demais ações de emissão da Companhia além daquelas detidas pelos Vendedores, em decorrência da Alienação de Controle, na forma prevista no art. 254-A, §§1º a 3º da Lei das S.A. e da Resolução CVM 85 ("OPA" e, em conjunto com a Alienação de Controle, "Transação").

A Alienação de Controle foi concluída em 11 dezembro de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Com a deliberação da Cisão Parcial com Incorporação, os acionistas da Companhia tiveram as seguintes opções:

- (1) exercer o seu direito de recesso entre 7 novembro de 2024, inclusive, e 6 de dezembro de 2024, inclusive e retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações, nos termos do artigo 136, IV e VI, e 137, caput, da Lei das S.A., uma vez que o Acervo Cindido foi incorporado pela Atom Educação e o objeto social da Companhia foi alterado;
- (2) uma vez efetivada a Alienação de Controle:
 - a. permanecer como acionista da Atom Educação e, caso quisessem, vender, no contexto da OPA, as ações da Companhia de sua titularidade; e
 - b. permanecer como acionista da Atom Educação e da Companhia, com a opção de alienar suas respectivas ações no mercado ou privadamente no momento que desejarem.

Nenhum acionista exerceu o direito de recesso no prazo mencionado acima.

Redução do Capital Social

Conforme aprovado na AGE da Cisão, mediante a efetivação da Cisão Parcial com Incorporação, a Cisão Parcial com Incorporação, conforme acima detalhada, resultou na redução do capital social da Companhia em R\$3.433.246,22 (três milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), sem o cancelamento de ações, passando o seu capital social de R\$13.914.270,83 (treze milhões, novecentos e catorze mil, duzentos e setenta reais e oitenta e três centavos) para R\$10.481.024,61 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, vinte e quatro reais e sessenta e um centavos), representado por 23.804.898 (vinte e três milhões, oitocentas e quatro mil, oitocentas e noventa e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 – Acordos de acionistas

Com a efetivação da Alienação de Controle e a Cisão Parcial e Incorporação da Companhia em 11 de dezembro de 2024, conforme descritas no item 1.12 deste Formulário de Referência, o Acordo de Acionistas celebrado entre WHPH e Exame em 30 de março de 2021 foi rescindido. Dessa forma, a Companhia não possui qualquer Acordo de Acionistas em vigor.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Alterações significativas na condução dos negócios

No contexto da Reorganização Societária, conforme detalhada no item 1.12 deste Formulário de Referência, a Companhia teve alterações significativas na condução dos seus negócios.

Além da mudança do controle acionário da Companhia em razão da Alienação de Controle, conforme detalhada no item 1.12 deste Formulário de Referência, houve mudança na composição da administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2024, foram eleitos novos membros para o Conselho de Administração da Companhia e em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de outubro de 2024, foram eleitos novos membros para a Diretoria Estatutária da Companhia, os quais tomaram posse em 11 de dezembro de 2024. A alteração da alta gestão da Companhia acarreta diretamente em mudanças na tomada de decisões estratégicas relativas aos negócios da Companhia.

Além disso, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de outubro de 2024 também aprovou a alteração do objeto social da Companhia, a qual entrou em vigor em 11 de dezembro de 2024, de modo que a Companhia deixou de atuar no segmento educacional e publicações e passou a ter no seu rol de atividades a atuação no segmento de proteína animal. Os novos acionistas controladores pretendem adotar como estratégia para a Companhia a atuação como uma holding não financeira investindo em empresas do referido setor alimentício.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável, tendo em vista que não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados.

As informações financeiras apresentadas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e as respectivas notas explicativas, e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas revisadas trimestrais e as respectivas notas explicativas referente ao mesmo período, disponíveis para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (www.fictoralimentos.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação do ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

Todas as informações apresentadas neste item 2 foram expressas em moeda corrente nacional e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (padrão IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também com de acordo com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia consideram que as condições financeiras e patrimoniais são adequadas para que a Companhia implemente seus planos de negócios e cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

A Companhia ativou suas operações após mais de 16 anos inativa em 2017, quando a WPH S.A. (então controladora) realizou a transferência de suas operações para a Atom.

Abaixo, apresentamos informações detalhadas e evolução da receita da Companhia (resultado consolidado da controladora e todas as controladas) total e dividida entre as áreas educacional e de tesouraria (ganho/perda de capital):

(em R\$ milhares, exceto % e os índices)	2023	AV	2022	AV	AH
Receitas educacionais	21.242	99,8%	35.894	100,6%	(41%)
Ganho/perda de capital	47	0,2%	(228)	(1%)	121%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Operacional	21.289	100%	35.666	100%	(40%)
------------------------------	---------------	-------------	---------------	-------------	--------------

Em tais exercícios sociais, as principais fontes de receita da Companhia eram as áreas de educacional e operação no mercado financeiro. A Companhia concluiu em 2023 o 79º mês operacional e reportou uma receita bruta de R\$ 21,2 milhões na área educacional e R\$ 0,1 milhões em ganho de capital na área de tesouraria.

As receitas de 2023 da área educacional foram aproximadamente 41% menor comparado ao mesmo período do ano anterior (2022) e o resultado da área de tesouraria foi aproximadamente 121% maior, resultado este que se apresenta negativo em função de sua volatilidade.

Lembramos que a receita da área de tesouraria (ganho/perda de capital) é volátil e pode inclusive apresentar resultados negativos.

Demonstramos no quadro a seguir o índice de liquidez, índice de endividamento, percentual do retorno sobre os ativos e patrimônio em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Ativo Circulante	25.307	34.337
Passivo Circulante	826	3.254
Índice de liquidez corrente	30,64	10,55
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	9.022	11.581
Ativo Total	25.946	35.041
Índice de endividamento	0,35	0,33
Lucro Líquido	(515)	10.024
Ativo Total	25.946	35.041
Retorno sobre os ativos	(1,98)	28,61
Lucro Líquido	(515)	10.024
Patrimônio Líquido	16.924	23.460
Retorno sobre o patrimônio líquido	(3,04)	42,73

Os índices de liquidez corrente e de endividamento são realizados a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo e os recebíveis de curto prazo e possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos.

No comparativo entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Índice de liquidez corrente aumentou de 10,55x para 30,64x impactado pela diminuição do passivo na rubrica dos dividendos obrigatórios.

Em relação ao índice de endividamento mantiveram-se em torno de 0,3 e 0,5 nos últimos anos, demonstrando assim o baixo endividamento da Companhia, visto que esta não obtém passivos relevantes como empréstimo ou financiamento.

Nosso retorno sobre os ativos passou de 28,61% em 31 de dezembro de 2022 para (1,98%) em 31 de dezembro de 2023, em função do prejuízo no resultado e caixa e equivalentes de caixa no exercício social findo em 2023 comparado com o exercício de 2022.

Por último, o retorno sobre o patrimônio líquido, obtivemos (3,04%) no exercício social findo em 31 de

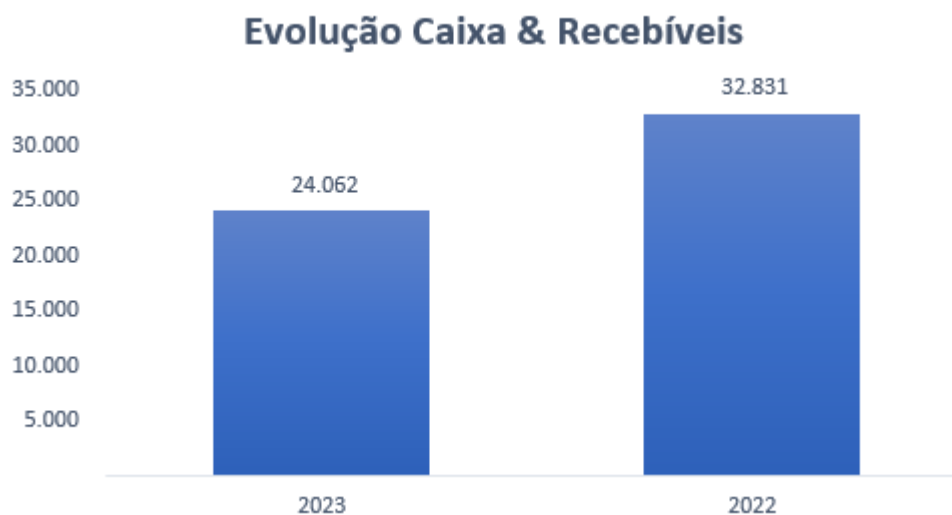
2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2023 e 42,73% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento está relacionado ao prejuízo líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente impactado pela queda na receita.

A Companhia encerrou 31/12/2023 com uma posição saudável de ativos líquidos (caixa ou equivalentes e recebíveis) de aproximadamente R\$ 24,06 milhões contra R\$ 32,83 milhões em 2022.

(em R\$ milhares, exceto % e os índices)	2023	AV	2022	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	19.559	81,3%	23.650	72,0%	(17%)
Contas a receber	4.503	18,7%	9.181	28,0%	(51%)
Total de caixa e recebíveis	24.062	100%	32.831	100%	(27%)

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2023, uma operação saudável, sem endividamento era geradora de caixa. Esses recursos davam à Companhia segurança para a continuidade do seu desenvolvimento.



Nos últimos anos vimos uma grande evolução no caixa e equivalentes de caixa juntamente com os títulos recebíveis da Companhia, mantendo-se sempre acima de R\$ 14 milhões em cada período sustentando a situação financeira favorável da Companhia. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, registrou R\$ 24,1 milhões em comparativo com R\$ 32,8 milhões no exercício encerrado em 2022, sustentando assim em linha o montante positivo em ambos os períodos.

(b) Estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia apresentou ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 uma estrutura de capital adequada para o cumprimento do plano de expansão orgânico da Companhia e acreditam que nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que apresentamos aumentos na geração de caixa e em Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido encerrou em R\$ 16,9 milhões, comparado ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

patrimônio líquido de R\$ 23,4 milhões observado em 31 de dezembro de 2022. A queda é impactada pela apuração do prejuízo do período.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital:

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital social	13.914	13.914
Ações em Tesouraria	(879)	-
Reserva legal	1.421	1.421
Reserva de lucros	2.468	8.125
Patrimônio líquido	16.924	23.460

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores entendem que a Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma situação de caixa e equivalentes de caixa confortável para cobrir os seus compromissos financeiros.

Conforme quadro acima com a evolução do caixa (item a), a Companhia é geradora de caixa desde que se tornou ativa, portanto, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não se contratou financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os diretores informam que as atividades da Companhia são financiadas principalmente por recursos próprios gerados em suas operações, sem necessidade de aderir à linhas de financiamento ou captação de recursos externos, tanto para capital de giro, quanto para investimentos em ativos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo, sem a necessidade em contratar linhas de crédito ou contrair empréstimos.

Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, ou no caso de um cenário no qual a necessidade de recursos não possa ser suportada, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las captando recursos junto aos controladores da Companhia, mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não se aplica, pois a Companhia não possuía empréstimos contraídos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica, pois a Companhia não possuía empréstimos contraídos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações anuais consolidadas auditadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os Diretores da Companhia apresentam a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir das suas demonstrações financeiras.

COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	2023	AV	2022	AV	AH
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	19.559	55,8%	23.650	88,5%	(17,3%)
Contas a receber	4.503	12,9%	9.181	34,3%	(51,0%)
Tributos a recuperar	557	1,6%	175	0,7%	218,3%
Despesas Antecipadas	688	2,0%	1.331	5,0%	-
Total do ativo circulante	25.307	72,2%	34.337	128,4%	(26,3%)
Ativo não circulante					
Imobilizado	452	1,3%	416	1,6%	8,7%
Direitos de uso arrendamento	187	0,5%	288	1,1%	(35,1%)
Total do ativo não circulante	639	1,8%	704	2,6%	(9,2%)
Total Ativo	25.946	74,0%	35.041	131,1%	(26,0%)
Passivo circulante					
Fornecedores	334	1,3%	397	1,1%	(15,9%)
Outras contas à pagar	36	0,1%	36	0,1%	-
Arrendamentos a pagar	102	0,4%	132	0,4%	(22,7%)
Dividendos obrigatórios	22	0,1%	2.391	6,8%	(99,1%)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	332	1,3%	298	0,9%	11,4%)
Total do passivo circulante	826	3,2%	3.254	9,3%	(74,6%)
Passivo não circulante					
Arrendamentos a pagar	89	0,3%	173	0,5%	(48,6%)
Outras contas à pagar	32	0,1%	79	0,2%	(59,5%)
Partes relacionadas	8.075	31,1%	8.075	23,0%	-
Total do passivo não circulante	8.196	31,6%	8.327	23,8%	(1,6%)
Patrimônio líquido					
Capital social	13.914	53,6%	13.914	39,7%	-
Reserva legal	542	2,1%	1.421	4,1%	(61,9%)
Reserva de lucros	2.468	9,5%	8.125	23,2%	(69,6%)
Total do patrimônio líquido	16.924	65,2%	23.460	67,0%	(27,9%)
Total do passivo e patrimônio líquido	25.946	100,0%	35.041	100,0%	(26,0%)

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia totalizava R\$ 25,3 milhões em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparação com R\$ 34,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma variação de -26,3% na comparação entre os dois períodos. O saldo diminuiu dentre os períodos, principalmente pela queda dos saldos a receber do período.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo não circulante da Companhia totalizava R\$ 639 mil em comparação com R\$ 704 mil em 31 de dezembro de 2022, uma variação de -9,2% na comparação entre os dois períodos. Os saldos se mantiveram em linha devido a redução do arrendamento e novas aquisições de ativos imobilizado no período.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia totalizava R\$ 826 mil em comparação com R\$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma queda de 74,6% na comparação entre os dois períodos. A diminuição do passivo é devido aos dividendos obrigatórios do período, ou seja, no exercício encerrado em 2022 distribuimos os dividendos obrigatórios no montante de R\$ 2.391, sendo que no exercício encerrado em 2023 não registramos dividendos devido ao prejuízo da Companhia.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo não circulante da Companhia totalizava R\$ 8,196 milhões em comparação com R\$ 8,327 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma variação de -1,6% na comparação entre os dois períodos. A redução é referente ao arrendamento a pagar do período, no qual parte dos saldos apresentados em 2022 estavam em Longo Prazo e passou para o Curto Prazo no exercício encerrado em 2023.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido encerrou em R\$ 16,9 milhões, comparado ao patrimônio líquido de R\$ 23,4 milhões observado em 31 de dezembro de 2022. A queda é impactada pela apuração do prejuízo do período.

COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto % e os índices)	2023	AV	2022	AV	AH
Receita líquida	21.242	100,0%	35.894	100,0%	(40,8%)
Custo dos produtos vendidos	(1.718)	(8,1%)	(909)	(2,5%)	89,0%
(Despesas)/receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(21.467)	(101,1%)	(25.560)	(71,2%)	(16,0%)
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Venda de Investimentos	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-
Resultado antes das receitas financeiras e impostos	(1.943)	(9,1%)	9.425	26,3%	(120,6%)
Resultado financeiro líquido					
Despesas financeiras	(465)	(2,2%)	(715)	(2,0%)	(35,0%)
Receitas financeiras	2.385	11,2%	2.267	6,3%	5,2%
Ganho de capital	47	0,2%	(228)	(0,6%)	(120,6%)
Lucro antes da provisão para Imposto de Renda e C	24	0,1%	10.749	29,9%	(99,8%)
Imposto de Renda e Contribuição Social IRPJ e CSLL Correntes	(539)	(2,5%)	(725)	(2,0%)	(25,7%)
Lucro líquido do exercício	(515)	(2,4%)	10.024	27,9%	(105,1%)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Líquida

Em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida consolidada da Companhia encerrou em R\$ 21,2 milhões, frente aos R\$ 35,8 milhões apurados no ano anterior em 31 de dezembro de 2022. Uma redução de 40,8% explicada queda da rentabilidade das ações de marketing e impacto negativo no momento do mercado digital durante o período.

Despesas Administrativas e Gerais

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas administrativas e gerais totalizaram em R\$ 21,4 milhões, frente aos R\$ 25,5 milhões apurados no ano anterior em 31 de dezembro de 2022. A queda das despesas está relacionada aos custos das campanhas na propaganda e publicidade que houve menor investimento devido a situação do mercado.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas financeiras totalizavam R\$ 465 mil em comparação com R\$ 715 mil em 31 de dezembro de 2022, uma variação de -35,0% na comparação entre os dois períodos. A variação é referente a taxa de intermediação dos pagamentos, ou seja, a taxa cobrada pela plataforma que utilizamos para venda de livros e produtos digitais, sendo assim, devido à queda da receita líquida, houve diminuição das taxas cobradas.

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, as receitas financeiras totalizavam R\$ 2.385 milhões em comparação com R\$ 2.267 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma variação de 5,2% na comparação entre os dois períodos seguindo em linha com as nossas aplicações.

Ganho de Capital

Em 31 de dezembro de 2023, o ganho de capital totalizava R\$ 47 mil em comparação com R\$ 228 mil negativos em 31 de dezembro de 2022. O resultado de ganhos em capital foi maior devido a uma volatilidade constante, diferente do ano anterior impactado pelo início da pandemia. Grande parte dos resultados vieram das operações de day-trade no mercado de ações e futuros e operações estruturadas de arbitragem. A Companhia não considera como resultado recorrente devido a variação e imprevisibilidade do mercado.

Provisões para IR e CSLL

Em 31 de dezembro de 2023, as provisões para IR e CSLL atingiram R\$ 539 mil, reduzindo o saldo no comparativo com à provisão observada no ano anterior, quando atingiu R\$ 725 mil.

Lucro Líquido (Prejuízo)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 515 mil, comparado a um lucro líquido de R\$ 10,0 milhões no ano anterior. O resultado reflete ao impactado pela queda da receita líquida, no qual impacto diretamente em nosso resultado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as receitas eram provenientes do segmento educacional e de operações de tesouraria.

A linha financeira era proveniente dos resultados de operações de *daytrade* nos mercados futuros regulados da B3, operações estruturadas de compra e venda de recebíveis, títulos públicos, títulos privados, entre outros. Essa receita possuía alto grau de volatilidade porque depende do desempenho dos operacionais traders.

A Receita educacional, referente a publicações de materiais didáticos e treinamento de pessoas para trabalhar no mercado financeiro, obteve um ótimo resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo um segmento menos volátil.

(em R\$ milhares, exceto % e os índices)	2023	AV	2022	AV	AH
Receitas educacionais	21.242	99,8%	35.894	100,6%	(41%)
Ganho/perda de capital	47	0,2%	(228)	(1%)	(121%)
Resultado Operacional	21.289	100%	35.666	100%	(40%)

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os nossos Diretores entendem que os resultados de nossas operações não sofreram impactos relevantes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

Apesar de refletir os impactos conhecidos da pandemia a partir de 2020, com um aumento da receita por conta da busca por conteúdo online e novas fontes de renda, a Companhia entende haver incerteza em relação a eventuais impactos futuros que ainda possam advir aos negócios relacionados à pandemia, o que torna difícil e complexo quantificar a totalidade e tamanho dos impactos no desempenho operacional e financeiro da Companhia por conta da dependência de eventos futuros, como o tempo de manutenção das medidas de distanciamento social e a intensidade que essas decisões possam impactar o emprego e a demanda, e a magnitude e o impacto de eventuais medidas governamentais de estímulo à economia.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acreditava possuir capacidade de gerenciar seu caixa de forma a cumprir todos os seus compromissos.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os diretores acreditam que a queda abrupta nas taxas de juros entre os anos de 2020 e 2019 proporcionaram uma corrida dos nossos clientes pelo entendimento e popularização do mercado de capitais, fazendo com que isso refletisse em nossa receita, pelo fato de a Companhia ter ganho

2.2 Resultados operacional e financeiro

notoriedade e tem se consolidado no segmento de publicadora financeira e na área de trading como uma das empresas mais respeitadas no setor.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Como grande parte da receita apurada pela Companhia era proveniente da venda de materiais didáticos voltados ao mercado financeiro, a diretoria entendia que possíveis impactos causados por uma variação na inflação do mercado brasileiro não seria materialmente relevante para os resultados da Companhia, dado a natureza do seu negócio ser basicamente digital.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Essas informações contábeis intermediárias financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NBC TG 47 Receita de contrato com cliente/IFRS 15

O resultado das operações é apurado em conformidade com regime contábil de competência de exercícios.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre serviços e vendas, devoluções, descontos comerciais e abatimentos.

Em conformidade com o CPC 47/IFRS 15 (Contratos com cliente), que estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Referido normativo substituiu a NBC TG 30 - Receitas, a NBC TG 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com a NBC TG 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Portanto, a Companhia reconhece a receita quando, e somente quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia;
- As despesas incorridas ou a serem incorridas, referente a transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

Os acordos celebrados (termos e condições) entre a Companhia e os usuários contêm substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

NBC TG 48 Instrumentos Financeiros/IFRS 9

A NBC TG 48/IFRS 9 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu a NBC TG 38 (R3) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Quando aplicável, a Companhia classifica ativos e passivos financeiros conforme a NBC TG 48/IFRS 9 (Instrumentos financeiros) nas seguintes categorias: ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A adoção da NBC TG 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

NBC TG 06 (R3) Arrendamento/IFRS 16

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os administradores da Companhia entendem que não houve alterações em práticas contábeis que tiveram efeitos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve quaisquer ressalvas e ênfases no parecer do auditor independente.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, pois não houve introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 13 de novembro de 2023, a Atom Educação e Editora S.A., subsidiária integral da Companhia à época, celebrou Contrato de Compra e Venda ("Contrato") visando à aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) da Cebrac Consultoria e Franquia Ltda. O fechamento da transação ocorreu em 12 de janeiro de 2024.

No âmbito da Reorganização Societária descrita no item 1.12 deste Formulário de Referência, a Atom Educação, não mais integra os ativos da Companhia.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Informações Consolidadas (R\$ mil)	2023	2022	Var.%
Caixa ou Equivalente e Recebíveis	24.062	32.831	(27%)
Receitas Educacionais	21.242	35.894	(41%)
Ganho/Perda de Capital	47	(228)	121%
EBITDA	(1.739)	9.626	(118%)
EBITDA Ajustado	(1.692)	9.368	(118%)
Margem EBITDA	(9%)	27%	(35pp)
Margem EBITDA Ajustado	(8%)	26%	(34pp)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(515)	10.024	(105%)
Lucro (Prejuízo) por Ação	(0,2163)	0,4211	(105%)

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Informações Consolidadas (R\$ mil)	2023	2022	Var.%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(515)	10.024	(105%)
(+) Imposto de Renda e CSLL	539	725	26%
(+) Resultado Financeiro	(1.957)	(1.324)	49%
(+) Depreciação	204	201	1%
EBITDA	(1.739)	9.626	(118%)
(+) Ganho/Perda de Capital	47	(228)	121%
EBITDA Ajustado	(1.782)	9.398	(118%)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(515)	10.024	(105%)
Lucro (Prejuízo) por Ação	(0,2163)	0,0421	(105%)

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As apresentações demonstradas acima correspondem a melhor transparência e visualização dos resultados financeiros da Companhia, visto que a Companhia registra os resultados por meio das receitas educacionais e ganho/perda de capital através das operações da mesa de operações, portanto, é mais apropriado e compreensivo a exibição dos saldos para administração e os nossos acionistas.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes às DFs

Em 13 de novembro de 2023, a Atom Traders Participações S.A. (“Atom Traders”), subsidiária integral da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda (“Contrato”) visando à aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) da Cebrac Consultoria e Franquia Ltda. (“Cebrac”).

O fechamento da transação estava condicionado ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Por ter sido realizada por meio da Atom Traders, a transação não depende da aprovação da assembleia geral da Companhia, conforme disposto no art. 256 da Lei das S.A., e tampouco ensejará direito de recesso para os acionistas da Companhia.

E agora, em 12 de janeiro de 2024, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou sem restrições a aquisição do Cebrac Consultoria e Franquia Ltda. (“Cebrac”) pela Atom Traders Participações S.A. (“Atom Traders”), subsidiária integral da Companhia.

O Cebrac é uma das maiores e mais premiadas franqueadoras no segmento de cursos livres profissionalizantes, com sede em Londrina-PR, atualmente com 80 unidades franqueadas, atendendo cidades em 20 estados. Os cursos do Cebrac têm metodologia própria, com foco principal em cursos profissionalizantes de empreendedorismo, sustentabilidade e responsabilidade social para o público dos ensinos básico e médio, nas áreas de Assistente Administrativo, Farmácia, English, Informática e Cuidador, entre outros.

É detentora de Selo de Excelência da ABF - Associação Brasileira de Franchising por 14 (quatorze) anos consecutivos; destaque no Prêmio Melhor Franquia do Brasil da PEGN - Pequenas Empresas Grandes Negócios, sendo multicampeã 5 estrelas por vários anos consecutivos.

No âmbito da Reorganização Societária descrita no item 1.12 deste Formulário de Referência, a Atom Educação não mais integra os ativos da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação de resultados

	31/12/2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Conforme as disposições estatutária da Companhia, no final de cada exercício social, os órgãos de administração farão encerrar o balanço geral patrimonial e elaborar as demonstrações contábeis e financeiras para, de acordo com a legislação vigente, apurar e demonstrar, mediante procedimentos baseados nos critérios de avaliação e classificação dos elementos patrimoniais e de resultados, o lucro do exercício, o lucro ou prejuízo acumulado, e evidenciar o estado do patrimônio da Companhia, os quais serão submetidos à deliberação da Assembleia Geral, juntamente com os demais demonstrativos.</p> <p>Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, seguindo-se as participações de empregados e/ou administradores propostos pelos órgãos de Administração, na forma do Artigo 190, e com as limitações previstas no artigo 152 e seus Parágrafos, ambos da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.</p> <p>Do lucro líquido do exercício, definido no Artigo 191, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, reserva essa que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescida do montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do artigo 182, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, exceder 30% (trinta por cento) do capital social.</p> <p>Dos lucros remanescentes será destinada:</p> <p>(i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório das ações ordinárias; e</p> <p>(ii) o remanescente será destinado a Reserva de Lucros Estatutária para Financiamento dos Negócios Sociais, cujo propósito será o reforço de caixa da Companhia para fins de expansão dos negócios e aplicação em suas atividades sociais, salvo se de outra forma deliberado pela Assembleia Geral em cada caso.</p>
(a.i) Valores das retenções de lucros	Não aplicável, haja vista que foi apurado prejuízo.

2.7 Destinação de resultados

	31/12/2023
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, haja vista que foi apurado prejuízo.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com as disposições estatutária da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente, é feito as destinações da reserva legal, e destinado ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. A Companhia não reconheceu dividendos no período de 31 de dezembro de 2023.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos últimos exercícios sociais em que ocorreram distribuição de dividendos, eles foram distribuídos uma vez ao ano, após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral, mas conforme o Estatuto Social da Companhia, ela poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e distribuir, semestralmente ou em períodos menores, com base nos balanços levantados nesse período e observado o disposto na Lei nº 6.404/76, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio à conta do lucro neles apurados.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não há uma política de destinação de resultados aprovada pela Companhia. A distribuição dos resultados segue as diretrizes do Estatuto Social e da legislação vigente.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos e serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item anterior, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item anterior, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item anterior, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia manteve-se atenta às oportunidades de mercado bem como às potenciais mudanças de ambiente favorável. Na visão da administração, à época, havia mais riscos do que oportunidades, principalmente em função das distorções causadas pela pandemia do COVID-19.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram realizados investimentos em produção de conteúdo para a criação de novos produtos educacionais e na criação do Shark Tank E-School, entrando no mercado de desenvolvimento profissional além do ambiente do mercado financeiro, além da aquisição do Cebrac Consultoria e Franquia Ltda, uma das maiores franqueadoras no segmento de cursos livres profissionalizantes com metodologia própria.

Esta decisão estratégica refletia nosso compromisso contínuo com o crescimento, inovação e diversificação de fontes de receita e conta com os seguintes pilares estratégicos que sustentaram a transação: sinergia com o público-alvo, potencial de digitalização do mercado, expansão de novas unidades franqueadas e distribuição de produtos da Atom Educação.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que as fontes de recursos para investimentos realizados pela Companhia foi a própria geração de caixa da companhia nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos de capital nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes e outros ativos que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

2.10 Planos de negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No momento, não há nenhum plano relacionado a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Conforme descrito no item 1.12 deste Formulário de Referência, em 11 de dezembro de 2024, foi concluída reorganização societária na qual houve a cisão parcial da Companhia com a versão do acervo cindido para a Atom Educação S.A. ("Atom Educação"), a qual passou a desempenhar todas as atividades exercidas anteriormente pela Companhia.

Adicionalmente, na mesma data, foi realizada a alienação de controle da Companhia para a Fictor Holding S.A. e a Aqwa Holdings LLC ("Compradoras"), sob condição suspensiva de que as Compradoras realizassem uma oferta pública para aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações (consideradas em conjunto, a "Reorganização Societária").

Em decorrência da Reorganização Societária, a Companhia se tornou uma holding pura e deixou de ter receitas operacionais. As informações descritas neste item 2 são apenas para fins históricos referentes aos três últimos exercícios sociais.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

3.1 – Projeções divulgadas e premissas

A divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

A Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Acompanhamento das projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções nos últimos 3 exercícios sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1 – Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Estão aqui descritos riscos que, à luz do entendimento da Companhia, podem, na data deste Formulário de Referência, afetar substancial e adversamente seus negócios, sua condição financeira, seus resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação. Todos os riscos aqui descritos como aplicáveis à Companhia também devem ser entendidos como aplicáveis às sociedades por ela controladas e cujos resultados são consolidados pela Companhia, exceto se expressamente indicado o contrário ou se o contexto assim o exigir.

Para os fins desta seção "4.1. Fatores de Risco", a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, reputação, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e/ou de suas controladas, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Conforme descrito no item 1.12 deste Formulário de Referência, em 11 de dezembro de 2024, foi concluída reorganização societária na qual houve a cisão parcial da Companhia com a versão do acervo cindido para a Atom Educação S.A. ("Atom Educação"), a qual passou a desempenhar todas as atividades exercidas anteriormente pela Companhia. Adicionalmente, na mesma data, foi realizada a alienação de controle da Companhia para a Fictor Holding S.A. e a Aqwa Holdings LLC ("Compradoras"), sob condição suspensiva de que as Compradoras realizassem uma oferta pública para aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações (consideradas em conjunto, a "Reorganização Societária"). Em decorrência da Reorganização Societária, a Companhia se tornou uma holding pura e deixou de ter receitas operacionais.

Dessa forma, a seguir, estão descritos os principais fatores de risco que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários por ela emitidos e, nesse sentido, estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância dentro de cada subitem. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes na data da apresentação deste Formulário de Referência, também podem vir a adversamente afetar a Companhia.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

(a) Emissor

O crescimento depende em grande parte de capacidade da Companhia de executar com sucesso sua estratégia de fusões e aquisições. A Companhia pode não obter os benefícios esperados de aquisições futuras ou potenciais ou incorrer em despesas significativas relacionadas a elas, o que poderia afetar negativamente seus resultados operacionais e sua condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O sucesso de uma aquisição ou investimento dependerá da capacidade da Companhia de fazer avaliações precisas com relação às operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados a esse negócio. Dessa forma, a Companhia não pode garantir que suas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que espera quando celebrar ou concluir uma determinada transação.

A capacidade da Companhia de continuar a expandir seus negócios por meio de aquisições depende de vários fatores, inclusive, entre outros, de: (i) sua capacidade de identificar e avaliar oportunidades, negociar termos favoráveis e fechar possíveis aquisições-alvo; (ii) sua capacidade de obter fundos para financiar essas transações em termos favoráveis; e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos.

Os benefícios esperados de aquisições são necessariamente baseados em projeções e suposições, que podem não se materializar conforme o esperado ou que podem se mostrar imprecisas. A capacidade da Companhia de obter os benefícios e as sinergias esperados dependerá da integração bem-sucedida e eficiente dos negócios e das operações das empresas recém-adquiridas. A Companhia pode se deparar com os seguintes riscos e desafios significativos na integração e no reconhecimento dos benefícios esperados das aquisições recentes:

- possível interrupção ou redução no crescimento de seus negócios, devido ao desvio da atenção da administração para tarefas relacionadas à integração das empresas adquiridas e à incerteza sobre o relacionamento de nossa administração com a administração das empresas adquiridas;
- disputas com os antigos proprietários das empresas adquiridas, incluindo proprietários que permanecem como acionistas minoritários das empresas adquiridas, o que pode resultar em aumento de despesas legais, distração da gerência e o risco de sofrermos um julgamento adverso se não formos a parte vencedora na disputa;
- dificuldades na coordenação e integração de equipes de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e produtos para melhorar o desenvolvimento de produtos e reduzir custos;
- dificuldades para consolidar e integrar a tecnologia da informação empresarial e as infraestruturas financeiras e administrativas, além de integrar e harmonizar os sistemas comerciais e outros sistemas de back-office, o que pode ser mais difícil do que o previsto;
- dificuldades relacionadas à entrada em jurisdições com as quais a Companhia tem pouca ou nenhuma experiência anterior, inclusive devido à necessidade de operar em outros idiomas, gerenciar diferentes tipos de moeda, necessidades de faturamento e contratação e cumprir novas leis e regulamentações, inclusive leis trabalhistas e leis de privacidade que, em alguns casos, podem ser mais restritivas nas operações da Companhia do que as leis atualmente aplicáveis aos seus negócios, e o potencial de aumento da concorrência com concorrentes novos ou existentes como resultado de tais aquisições;
- complicações em suas demonstrações financeiras como resultado da aquisição de empresas cujas operações exijam a aplicação de reconhecimento de receita ou outras metodologias contábeis, suposições e estimativas diferentes das que usamos em seus negócios atuais, o que poderia expor a Companhia a custos adicionais de contabilidade e auditoria e aumentar o risco de erros contábeis;
- despesas significativas em dinheiro e encargos contábeis e um valor significativo de ágio e outros ativos intangíveis, que podem estar sujeitos a redução de valor com base em futuras

4.1 Descrição dos fatores de risco

mudanças adversas em seus negócios ou perspectivas, incluindo sua incapacidade de reconhecer os benefícios previstos da transação;

- controles internos insuficientes das empresas adquiridas, que a Companhia deverá corrigir, e a necessidade de modificar ou aprimorar seus próprios controles internos, resultando, em cada caso, em aumento de despesas administrativas;
- dificuldades em coordenar os esforços de vendas e marketing para posicionar efetivamente os recursos da Companhia e impulsionar o desenvolvimento de produtos;
- dificuldades em obter as economias de custo, sinergias, oportunidades de negócios e perspectivas de crescimento previstas a partir da combinação dos negócios das empresas recém-adquiridas com os da Companhia;
- retenção de funcionários, fornecedores e outros parceiros importantes das empresas recém-adquiridas;
- dificuldades em antecipar e responder a ações que possam ser tomadas pelos concorrentes em resposta às suas aquisições; e
- a assunção de responsabilidade sucessória e a exposição a passivos desconhecidos ou contingentes de empresas recém-adquiridas.

Nesse sentido, a estratégia de crescimento da Companhia por meio de aquisições a sujeita ao risco potencial de responsabilidade do sucessor com relação a reivindicações legais incorridas pelas empresas-alvo antes da aquisição de seus negócios. A Companhia pode enfrentar responsabilidades por contingências relacionadas, entre outras, (1) a processos judiciais e/ou administrativos da empresa adquirida, incluindo processos civis, regulatórios, trabalhistas, tributários, previdenciários, ambientais e processos de propriedade intelectual e (2) problemas financeiros, de reputação e técnicos, incluindo aqueles relacionados a práticas contábeis, divulgações nas demonstrações financeiras e controles internos, bem como outras questões regulatórias. Essas contingências poderão não ter sido identificadas antes da aquisição e podem não ser suficientemente indenizáveis nos termos do contrato de aquisição, o que poderá ter um efeito adverso em nossos negócios e condição financeira. Por fim, os níveis de indenização acordados podem não ser suficientes para cobrir as contingências reais à medida que elas se materializarem.

Além disso, certos passivos, inclusive aqueles que podem existir devido às operações anteriores de uma empresa ou instalação adquirida, podem se mostrar mais difíceis ou dispendiosos de resolver do que inicialmente estimado. Também é possível que os funcionários do governo responsáveis pela aplicação das leis ambientais concluam que um passivo ambiental é mais significativo do que a Companhia estima, ou que a Companhia não consiga identificar ou avaliar totalmente um passivo existente antes de se tornar legalmente responsáveis por sua resolução.

Alguns contratos de compra e venda preveem limitações e outras restrições sobre a responsabilidade dos vendedores por quaisquer contingências e responsabilidades decorrentes da venda, que podem, por exemplo, ser limitadas a representações e garantias feitas pelo vendedor no contrato de compra e venda, entre outras restrições. Quaisquer indenizações que a Companhia receber ou pode receber dos vendedores de empresas adquiridas podem não ser suficientes para proteger ou compensar reivindicações e responsabilidades legais ou podem não ser cumpridas. Contingências pré-encerramento não identificadas podem nos levar a negociar um pacote de garantias que não cubra toda a exposição ao risco do negócio. Além disso, a Companhia não pode assegurar que quaisquer garantias negociadas serão suficientes para cobrir contingências futuras materializadas, pois essas garantias

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem ter sido usadas para pagar outras contingências. Qualquer garantia concedida em seu favor no contexto de uma aquisição de negócios pode deixar de existir, depreciar-se ou ser adversamente afetada em caso de insolvência ou da existência de credores que tenham preferência sobre seu direito de indenização, e suas contrapartes podem não ser obrigadas a fornecer garantias adicionais ou substituir essas garantias.

Ainda, algumas sociedades adquiridas podem não entregar o resultado esperado segundo as expectativas financeiras e do negócio da Companhia, e, com isso, a Companhia pode decidir por alienar alguns de seus ativos. No entanto, a Companhia não pode garantir que, ocorrendo alienações de ativos, eles terão uma precificação adequada pelo mercado e potencial comprador, o que pode levar a Companhia a ter prejuízos contábeis e financeiros com a venda. A Companhia pode, também, estar sujeita a termos de responder por contingências em razão do ativo alienado, afetando negativamente suas provisões, resultados e caixa.

Por fim, a Companhia estará sujeita também a questionamento de autoridades fiscais em razão de reorganizações societárias que fizer considerando as aquisições realizadas. As autoridades fiscais podem questionar no futuro aproveitamentos fiscais alcançados em razão de movimentos societários e glosar os benefícios fiscais que a Companhia vier a obter em determinado ano, cobrando o tributo devido acrescido de juros de mora e multa conforme legislação aplicável. A Companhia pode não ter sucesso em defesa apresentada em autuações fiscais presentes e futuras e suas provisões, resultados e caixa podem ser afetados negativamente.

Se a Companhia não conseguir gerenciar com sucesso essas questões e outros desafios que podem surgir inerentemente na integração dos negócios adquiridos, a Companhia poderá não obter os benefícios esperados das aquisições feitas e incorrer em despesas imprevistas, contingências e responsabilidades de sucessão. Como resultado, seus resultados operacionais podem ser afetados de forma significativa e adversa.

A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais associações e/ou aquisições podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios.

A Companhia pretende realizar aquisições de empresas que atuam no segmento da proteína animal como parte de sua estratégia de crescimento e ganhos de sinergia no mercado nacional. O sucesso das associações e/ou aquisições que a Companhia realiza depende, principalmente, da sua capacidade de identificar oportunidades de planos e/ou prestadores de serviços, negociar aquisições, associações ou parcerias com tais prestadores, e de integrá-los de forma satisfatória aos seus negócios.

A negociação de potenciais aquisições ou investimentos, bem como a integração de empresas, serviços adquiridos ou desenvolvidos em conjunto, poderá resultar em desvio substancial e demandar um esforço considerável dos recursos administrativos da Companhia ou não ser bem-sucedida considerando os termos inicialmente delimitados ou esperados pela Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de identificar novas oportunidades que sejam atrativas em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da elevada competição por ativos, da atuação de seus principais concorrentes e de restrições regulatórias, entre outros fatores. Nesse sentido, os principais riscos relacionados às aquisições incluem:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Possibilidade de superestimar o preço de aquisição do negócio objeto de aquisição, seja em decorrência de elevada competição por ativos, seja em decorrência de falhas no processo de avaliação dos ativos, sendo que esses negócios podem não oferecer os resultados e sinergias previstos e, portanto, os investimentos podem não oferecer o retorno esperado;
- Celebrar documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições que podem conter termos e condições não compatíveis com os redirecionamentos estratégicos da Companhia, o que pode resultar em eventuais prejuízos futuros relativos às operações das empresas;
- Não ter mapeado de forma exaustiva, ou não obter tempestivamente as autorizações regulatórias necessárias às operações das companhias adquiridas ou em processo de aquisição, podendo sofrer sanções administrativas ou pecuniárias;
- Não ter monitorado toda a extensão de riscos relacionados à aderência das empresas em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (*compliance*, anticorrupção e outras); e
- Não cumprimento de condições precedentes para fechamento das aquisições pelos vendedores, companhias alvo ou pela própria Companhia.

Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar os planos de expansão da Companhia, sendo necessário que a Companhia incorra em dívidas ou emita ações adicionais para financiar seu crescimento. Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, os planos de negócios e de crescimento da Companhia podem ser revisados, afetando adversamente os resultados operacionais e condições financeiras da Companhia, bem como o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

Além disso, esforços de integração operacional e dos empregados da empresa adquirida poderão desviar a atenção dos profissionais-chave da Companhia. Por todas as questões acima mencionadas, a Companhia pode não ser capaz de implementar com êxito a sua estratégia de aquisições, o que, conseqüentemente, poderá prejudicar a obtenção de eventuais sinergias, dos benefícios gerados por essas aquisições ou da redução de custos esperados, gerando, assim, um impacto negativo nos resultados e no valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

As aquisições e/ou associações da Companhia poderão sofrer restrições ou poderão não ser aprovadas pelo CADE.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) poderá determinar que uma potencial aquisição e/ou associação da Companhia poderá afetar negativamente as condições de concorrência nos mercados em que a Companhia atua. Nestes casos, o CADE poderá rejeitar operações que a Companhia pretender realizar ou, ainda, aprová-las com restrições contrárias aos interesses da Companhia. Qualquer dessas decisões poderá afetar adversamente os resultados das operações da Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão. Eventual reprovação pelo CADE pode, ainda, dar ensejo à incidência de multa contratual, caso assim tenha sido acordado entre as partes.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora. Tais contingências podem ter natureza trabalhista, previdenciária, regulatória, cível e fiscal, dentre outras, ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

serem referentes a direitos do consumidor e ambientais. As próprias empresas adquiridas, inclusive, podem vir a figurar como sucessoras em contingências que elas mesmas não haviam identificado no momento de sua aquisição pela Companhia, sendo que a Companhia também poderá ser responsabilizada por essas contingências. Caso a Companhia venha a incorrer em custos e despesas associadas a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados. Ainda, quaisquer valores eventualmente retidos do preço das aquisições, que servem para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria, podem não ser suficientes.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à nova legislação, bem como pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil que entrou em vigor no mês de agosto de 2020, exceto as sanções administrativas estabelecidas, as quais entraram em vigor em 1º de agosto de 2021.

Com a entrada em vigor da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela poderá estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 por infração. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, pagamento de indenizações, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar políticas e o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos seus resultados operacionais. Não é possível assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações submetidas à assembleia geral de acionistas, sendo que a constatação de um eventual conflito de interesses poderá vir a impactar a Companhia.

Além disso, os acionistas controladores da Companhia podem, no futuro, alienar ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle das operações da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode impactar a condução dos negócios e a manutenção da cultura da Companhia, o que poderá vir a afetar materialmente a administração da Companhia, seus negócios, seus resultados operacionais e sua condição financeira.

(c) Controladas e coligadas

Item não aplicável, considerando que, nesta data, a Companhia não possui controladas e coligadas.

(d) Seus administradores

4.1 Descrição dos fatores de risco

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração, que inclusive conta com figuras conhecidas nos mercados de comunicação e educação financeira. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. Caso a Companhia venha a perder algum de seus profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair ou reter novos profissionais com a mesma qualificação e pode ter um efeito prejudicial sobre nosso negócio.

Além disso, o sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, marketing e atendimento aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados.

A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

(e) Seus fornecedores

Item não aplicável, considerando que, nesta data, a Companhia não possui relacionamento com fornecedores.

(f) Seus clientes

Item não aplicável, considerando que, nesta data, a Companhia não possui clientes.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

Item não aplicável, considerando que, nesta data, a Companhia não possui operações próprias.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

Item não aplicável, considerando que, nesta data, a Companhia não possui operações próprias.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

Item não aplicável, haja vista que a Companhia não atua em países estrangeiros.

(j) Questões sociais

Item não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões sociais.

(k) Questões ambientais

4.1 Descrição dos fatores de risco

Item não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões socioambientais.

(l) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Item não aplicável, considerando que a Companhia não atua em mercados que envolvem questões climáticas.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras é influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Crises nos Estados Unidos ou nos países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. A perspectiva de crescimento dos Estados Unidos permanece baixa, considerando determinados requisitos de poupança, política fiscal mais firme e as baixas taxas de crescimento global. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

A inflação e certas medidas tomadas pelo governo federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos. Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que resultem no aumento nas taxas de juros poderão ter um efeito negativo sobre os resultados da Companhia, pois seu endividamento está indexado ao CDI. As pressões inflacionárias

4.1 Descrição dos fatores de risco

também poderão dificultar a capacidade da Companhia de acessar os mercados financeiros estrangeiros ou gerar políticas governamentais de combate à inflação que podem prejudicar ou afetar negativamente seus negócios.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A seguir listamos os principais fatores de risco enfrentados pela Companhia já descritos anteriormente:

O crescimento depende em grande parte de capacidade da Companhia de executar com sucesso sua estratégia de fusões e aquisições. A Companhia pode não obter os benefícios esperados de aquisições futuras ou potenciais ou incorrer em despesas significativas relacionadas a elas, o que poderia afetar negativamente seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais associações e/ou aquisições podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios.

As aquisições e/ou associações da Companhia poderão sofrer restrições ou poderão não ser aprovadas pelo CADE.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, em relação às quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 – Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia apresenta abaixo os riscos de mercado a que estava sujeita em 31 de dezembro de 2023, considerando suas demonstrações financeiras referentes a tal exercício social. Ressalta-se, no entanto, que conforme descrito no item 1.12 deste Formulário de Referência, em 11 de dezembro de 2024, foi concluída reorganização societária na qual houve a cisão parcial da Companhia com a versão do acervo cindido para a Atom Educação, a qual passou a desempenhar todas as atividades exercidas anteriormente pela Companhia.

Adicionalmente, na mesma data, foi realizada a alienação de controle da Companhia para a Fictor Holding S.A. e a Conquest Holdings LLC ("Compradoras"), sob condição suspensiva de que as Compradoras realizassem uma oferta pública para aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações (consideradas em conjunto, a "Reorganização Societária"). Em decorrência da Reorganização Societária, a Companhia se tornou uma holding pura e deixou de ter receitas operacionais.

Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia está sujeita a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a variações e flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que as operações em mercado futuro do dólar da Companhia incorram em perdas não esperadas. A falta de liquidez neste mercado também pode afetar as receitas da Companhia, pois grande parte das operações realizadas são operações de daytrade que dependem da liquidez e quantidade de players no mercado.

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente, por conta das operações realizadas no mercado futuro de juros.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar como as companhias podem ser impactadas pelas mudanças das variáveis do mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão da subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, o cenário provável (cenário base) e mais dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto). O cenário provável foi definido por

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

meio de premissas disponíveis no mercado (expectativa de crescimento da CDI, tendo como base a expectativa de crescimento da SELIC, conforme relatório focus para 2023 divulgado pelo Bacen).

Consolidado					
Operação	Risco	Saldo exposto em 31/12/2023	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Aplicações Financeiros e títulos e valores mobiliários	Alta CDI	19.559.175	1.955.918	2.444.897	3.667.345

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Processos não sigilosos relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não é parte de processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é parte de processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, dado que, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas fosse parte, estivessem sob sigilo e que fossem relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Não aplicável, dado que, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas fosse parte, que representassem contingências relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 17/07/2020 e divulgada ao público, podendo ser consultada no site da CVM (Sistema IPE) e no site de relações com investidores da Companhia.

O procedimento adotado pela equipe, e especificado nas Políticas de Gerenciamento de Riscos, Negociação de Valores Mobiliários e Transações entre partes relacionadas criadas, é no modelo de 3 linhas: prevenção, detecção e resposta.

O documento estabelece conceitos, abordagens, princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a implantar o processo adequado de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos principais riscos capazes de impedir o atingimento de seus objetivos de curto, médio e longo prazo.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Os principais fatores de riscos a que a Companhia está exposta, monitora e busca proteção, em linha com a Política de Riscos, são aqueles descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência. Esses fatores de risco são categorizados pela Companhia, nos termos de sua Política de Riscos, da seguinte forma:

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A área de compliance e controles internos baseada na metodologia de 3 linhas de defesa

Os processos operacionais possuem como responsáveis diretos as pessoas/órgãos que devem executá-los em conformidade com as normas da Companhia (1ª linha de defesa).

A área de Compliance (2ª Linha) é responsável pelo apoio e monitoramento da 1ª Linha, proposição de plano de ação nos casos de identificação de irregularidades e reporte ao comitê executivo.

A 3ª Linha é realizada por auditoria interna, que pode até ser terceirizada, para avaliação independente da eficácia do sistema, recomendações de melhoria e correção de eventuais falhas.

Nesse sentido, a área de Compliance e Controles Internos possui as seguintes funções:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Coordenação de canal de denúncias;
- Discussão do grau de exposição e evolução dos riscos de compliance;
- Gestão do risco de não conformidade e abordagem baseada em risco;
- Conscientização da organização sobre a aderência aos princípios éticos, normas de conduta e obrigações aplicáveis, liderando o processo de disseminação da cultura de compliance;
- Execução de monitoramento integrado das atividades de compliance, incluindo a verificação de cumprimento pelos colaboradores dos manuais e códigos da Companhia;
- Colaboração na elaboração de um plano de treinamento para todos os colaboradores e partes interessadas;
- Coordenação das iniciativas de comunicação voltadas para disseminar o tema pela organização;
- Coordenação da realização de controles e testes para verificar a aderência às políticas e aos procedimentos da organização;
- Execução das atividades de prevenção, detecção e resposta da função de compliance;
- Colaboração no processo de investigação de irregularidades, com amplo acesso a documentos e informações de diferentes áreas da organização, de acordo com a política aprovada pelo conselho de administração;
- Sugestão de aplicação de sanções previstas em política de consequências;
- Garantia que sanções determinadas sejam aplicadas.

A área de Compliance é independente das outras áreas da Companhia e poderá exercer seus poderes em relação a qualquer Colaborador.

Nesse contexto de independência, destacam-se a não vinculação da gerência de Compliance às demais áreas da Companhia, remuneração independentemente dos resultados e poder de veto relativo à deliberação de qualquer colaborador que seja tomada em não conformidade às regras aplicadas às atividades da Companhia.

Nas operações realizadas em nossa mesa de negociações, a companhia não faz uso de derivativos ou qualquer outro instrumento financeiro como forma de proteção das suas operações.

Os principais riscos são monitorados periodicamente, buscando a efetividade dos controles de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos. Para fins de proteção aos riscos aos quais estamos expostos, a Companhia:

- (a) está constantemente monitorando o mercado qual está inserido e os concorrentes, bem como acompanhando as mudanças e inovações do setor, bem como as tendências de mercado, que possam aumentar a competitividade e influenciar nossas atividades;
- (e) acompanha mudanças na legislação federal e regulamentação governamental, para identificar

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

mudanças as quais trazem impactos na nossa operação.

A área de Compliance é independente e não é vinculada às demais áreas da Companhia, e sua remuneração é independente dos resultados e poder de veto relativo à deliberação de qualquer colaborador que seja tomada em não conformidade às regras aplicadas às atividades da Companhia.

Devido a sua independência o setor de Compliance tem autonomia para exercer seus poderes e competências perante todas as áreas da companhia, incluindo perante a diretoria.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área controle a qual se reporta ao Conselho de Administração e tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação, realizada sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

Os principais departamentos que compõem a estrutura organizacional da Companhia voltada a seu gerenciamento de riscos são: (i) o Conselho de Administração; (ii) a Diretoria; (iii) Área de Compliance; (iv) Área de Auditoria Interna / Controle de Riscos (entendidas como o conjunto de coordenadores que compõem o dia a dia operacional da Companhia conforme definido na Política).

As principais atribuições e responsabilidades dos órgãos que compõem a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são abaixo indicadas:

Conselho de Administração

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração é responsável por:

- Estabelecer tanto o nível de apetência de risco quanto o nível de tolerância a risco da Companhia;
- Revisar todo o portfólio dos riscos assumidos pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua os mecanismos e os controles adequados para conhecer, avaliar e mitigar riscos para mantê-los sempre nos níveis compatíveis com os limites prefixados;

Diretoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Diretoria é responsável por:

- Assegurar a execução e a implementação das estratégias e diretrizes da Companhia, aprovadas pelo Conselho, e propor sua revisão ou atualização, sempre e quando necessário, em resposta à alteração do índice de exposição a riscos aos quais a Companhia se encontra submetida;
- Atuar na prevenção de riscos e mitigar possíveis danos e prejuízos;
- Considerar, ao menos anualmente, sobre a eficácia do Programa de Gerenciamento de Riscos, os processos de controles internos e as políticas de compliance e ainda prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração sobre o seu resultado; e
- Acompanhar o trabalho e os reportes da área de Compliance.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Área de Compliance / Auditoria Interna

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a área de compliance é responsável por:

- Assegurar a integral conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis à Companhia, bem como a observância de suas políticas internas;
- Desenvolver e implementar processos de controles internos a fim de padronizar as orientações destinadas às diferentes áreas da Companhia;
- Manter os mecanismos e as estruturas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado e que permitam a adequada identificação, análise e o monitoramento de riscos;
- Monitorar potenciais casos de conflitos de interesses entre as diversas áreas da Companhia e recomendar a segregação de funções ou revisão de atribuições almejando a mitigação de riscos;
- Redigir programas de integridade e processos de compliance para a subsequente implementação de ações voltadas à garantia de cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis;
- Elaborar relatórios e indicadores periódicos para a Diretoria sobre o índice de exposição a riscos aos quais a Companhia se encontra submetida;
- Elaborar planos de ação para a identificação de riscos de acordo com as recomendações do Comitê de Auditoria, assim como suportar as Áreas de Controle de Riscos no processo de identificação, monitoramento e tratamento de riscos; e
- Apoiar a Diretoria na execução e no acompanhamento dos planos de ação e auxiliá-la na interface com as demais áreas da Companhia.
- Monitorar e avaliar, de forma independente e imparcial, a qualidade e efetividade do Programa e os processos de controles internos da Companhia, e recomendar melhorias;
- Verificar a conformidade do Programa de gerenciamento de riscos com esta e outras políticas adotadas pela Companhia;
- Recomendar a adoção de planos de ação e acompanhar e auditar sua implementação e efetividade;

Áreas de Controle de Riscos

No contexto do Gerenciamento de Riscos, se implantado, as Áreas de Controle de Riscos serão responsáveis por:

- Identificar e monitorar os riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, atuando como primeira linha de defesa no âmbito do programa de gerenciamento de risco da Companhia;
- Realizar reportes adequados à área de Compliance e/ou à Auditoria Interna, fornecendo informações precisas, íntegras e suficientes aos órgãos envolvidos no processo de gerenciamento de risco da Companhia, inclusive com relação à comunicação de eventos de risco que apresentem uma

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

tendência de ocorrência e/ou extrapolação de limites;

- Executar planos de ação em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, conforme venham a ser definidos pela área de Compliance.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Prevenir, detectar e propor penalizações a riscos de compliance (não conformidade) constituem a função principal do sistema de compliance da Companhia.

A prevenção é realizada através da (i) abordagem baseada em risco, e de (ii) elaboração de inventário regulatório, cujo objetivo é mapear as regras que a Companhia está suscetível e quais áreas possuem mais riscos.

A detecção é realizada pelas seguintes estruturas:

- Modelo de três linhas de defesa, conforme citada em tópico anterior. Os gestores operacionais, responsáveis pelas áreas de negócios, constituem a primeira linha de defesa. O Compliance e Gestão de Riscos formam a segunda linha de defesa, enquanto a auditoria interna representa a terceira linha e revisa todo o processo.
- Monitoramento, o qual envolve a avaliação da adequação e do cumprimento das políticas e procedimentos instituídos, buscando a identificação e a análise de desvios. Se encontradas deficiências no sistema nessa fase, o plano de remediação de ser redefinido pelo Compliance e Gestão de Risco com (i) ações concretas para correções e melhorias necessárias para evitar a repetição dos problemas e tornar as políticas e os controles mais efetivos, (ii) responsáveis pela implementação, e (iii) prazos estimados para conclusão da ação concreta.
- Canal de denúncia apto e estruturado para o público interno e externo à organização, para receber as informações e encaminhá-la aos fluxos devidos do sistema de compliance. Caso detectado indício de irregularidade, o sistema de compliance proverá resposta, através das seguintes etapas:
- Investigação, conduzida por equipe independente e habilitada, sob liderança do Comitê Executivo
- Medidas Disciplinares, que podem envolver, a depender do grau da irregularidade, afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência; (ii) ações de aprimoramento, para evitar a reincidência do problema e ocorrência de novos incidentes; (iii) cessação completa das atividades objeto da investigação; (iv) comunicação espontânea dos fatos às autoridades; e (v) coleta de dados e informações para subsidiar uma colaboração com a administração pública.
- Reporte com periodicidade anual ao Conselho de Administração ou na ocorrência de detecção de indícios de irregularidades, realizado pelo Compliance.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles internos

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A área de Controladoria e Compliance da Companhia deve contemplar entre outros aspectos os seguintes:

- Desenvolvimento de políticas e manuais de controles internos.
- Definição de políticas e alçadas para decisão e uso de recursos.
- Segregação de funções incompatíveis.
- Conciliação de saldos (bancários, contas a receber, fornecedores, tributos, etc.).
- Conferências cruzadas de informações.
- Separação das operações das empresas controladas e coligadas.
- Controle individualizado do imobilizado e da sua depreciação.
- Controle individualizado de intangíveis e de suas amortizações.
- Controle individualizado do Contas a Receber (Clientes).

Os Diretores possuem planilhas de gerenciamento de dados sobre as receitas, despesas e investimentos e conta com as conciliações das movimentações feitas pelos contadores e auditor externo para confirmar os controles.

Os Administradores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira. Ainda, os Administradores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é a principal área responsável pelas atribuições, estabelece políticas e diretrizes gerais para Companhia, competindo-lhe ainda avaliar periodicamente a eficácia dos controles internos da Companhia, inclusive para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis confiáveis.

Destaca-se também o papel central da Área de Compliance nesse processo, competindo-lhe, dentre outras atribuições, a manutenção dos sistemas e controles internos da Companhia, a padronização de procedimentos e orientações.

A Auditoria Interna, por sua vez, também deve avaliar e testar, de modo independente e imparcial, a conformidade do processo de gerenciamento de riscos e a qualidade e efetividade dos controles, assim

5.2 Descrição dos controles internos

como recomendar planos de ação e melhorias, acompanhamento e auditando a efetividade de tais tratamentos propostos. Ademais, sempre que julgar pertinente, a Auditoria Interna pode encaminhar a Diretoria relatórios e informações com o intuito de subsidiar a atuação destes no acompanhamento do gerenciamento de riscos e do sistema de controles internos da Companhia.

Por fim, destaca-se o papel da auditoria externa, que no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados por meio de relatório ao Presidente do Conselho de Administração e aos Diretores.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os Diretores entendem que os relatórios sobre os controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 foram identificados as seguintes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia:

Recomendações

1. Controle nos registros de bens imobilizados e intangíveis

Recomendamos a padronização dos procedimentos de contabilização entre a controladoria e a contabilidade externa. Sugere-se que ambas as áreas utilizem o mesmo critério, seja considerando o valor total da nota, incluindo impostos, ou o saldo líquido sem impostos, para garantir uniformidade nos registros.

2. Cálculo de Ajuste ao Valor Presente

Sugerimos que seja realizada uma revisão mais abrangente destas análises ao final de cada mês. Garanta que a tabela de cálculo inclua todos os itens da lista, evitando exclusões inadvertidas e assegurando a representação precisa do valor presente.

3. Análise de Competência de Passivos

Recomendamos que a empresa implemente um controle interno mais robusto para garantir o correto registro de transações na competência apropriada, incluindo procedimentos claros e bem definidos para o registro de transações em suas datas de competência, monitoramentos periódicos dos registros contábeis para identificar e corrigir prontamente quaisquer desvios em relação às datas de competência.

5.2 Descrição dos controles internos

4. *Registros de despesas antecipadas*

Sugerimos realizar uma revisão mais abrangente dos procedimentos de verificação de posição dos saldos de despesas antecipadas até o final de cada exercício financeiro. Garanta revisões regulares para assegurar que todos os saldos estejam sempre atualizados e em conformidade com as transações realizadas.

5. *Aprimoramento na Comunicação entre Controle Interno e Contabilidade Externa*
Sugerimos revisar os procedimentos de atualização diária das informações do profit, especialmente na planilha de controle na aba "importação". Certifique-se de que todas as movimentações, incluindo operações de compra e venda, sejam registradas de forma precisa e sem erros nessa planilha.

6. *Revisão do Pagamento de Impostos sobre o 13º Salário*

Recomenda-se, em vista da identificação da situação relacionada ao atraso no pagamento dos impostos sobre o 13º salário na Atom Traders, a implementação de medidas para fortalecer os controles internos. Esse aprimoramento deve abranger a revisão e reforço dos procedimentos relacionados ao pagamento de impostos, especialmente durante transições de responsabilidades decorrentes de mudanças no quadro de pessoal. Isso visa garantir que tais alterações não comprometam prazos essenciais das obrigações fiscais.

7. *Registro de Contingência não Reconhecida*

Recomendamos a implementação de um procedimento regular de circularização de contingências em colaboração com os advogados terceiros. Isso garantirá a identificação e registro apropriado de contingências, especialmente aquelas prováveis, em conformidade com o CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

8. *Correção de Divergências nas Contas de Parcelamentos*

Recomendamos uma revisão detalhada dos procedimentos de registro contábil para as contas 2040 e 2303. Essa revisão é crucial para garantir a conciliação entre os valores dos relatórios e os registros contábeis, identificando e corrigindo as causas das divergências. Essa ação não apenas assegurará a consistência e a precisão nas informações financeiras, mas também promoverá a conformidade com as normas contábeis vigentes.

9. *Correção de Divergências no Cálculo de Arrendamento*

Recomendamos uma revisão detalhada dos procedimentos de registro contábil relacionados aos cálculos de arrendamento. Essa revisão deve focalizar a identificação e correção das causas das divergências, assegurando a conciliação efetiva entre as informações do cálculo e as contas contábeis.

Conforme descrito no item 1.12 deste Formulário de Referência, em 11 de dezembro de 2024, foi concluída reorganização societária na qual houve a cisão parcial da Companhia com a versão do acervo cindido para a Atom Educação S.A. ("Atom Educação"), a qual passou a desempenhar todas as atividades exercidas anteriormente pela Companhia. Adicionalmente, na mesma data, foi realizada a alienação de

5.2 Descrição dos controles internos

controle da Companhia para a Fictor Holding S.A. e a Conquest Holdings LLC ("Compradoras"), sob condição suspensiva de que as Compradoras realizassem uma oferta pública para aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações (consideradas em conjunto, a "Reorganização Societária"). Em decorrência da Reorganização Societária, nenhuma das deficiências significativas sobre os controles internos identificadas acima serão aplicáveis à Companhia.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Programa de integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Com o objetivo de garantir a conformidade da empresa com normas internas e leis estabelecidas, bem como estabelecer princípios de integridade a serem seguidos por todos os colaboradores, implementamos o Programa de Integridade, fundamentado no nosso Código de Ética e Conduta.

Nosso Código de Ética e Conduta está em vigor e se aplica a todos os envolvidos. Essa política foi desenvolvida para servir como um guia prático de conduta pessoal e profissional, abordando de forma geral os valores e princípios que orientam nossa empresa.

Do ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar a ocorrência de fraudes contábeis e financeiras, que podem ter um impacto significativo em nossos resultados. Sob uma perspectiva social, buscamos educar toda a comunidade sobre as melhores práticas e comportamentos éticos, além de orientar nossos colaboradores sobre a importância de condutas transparentes, que influenciam diretamente o clima organizacional.

No que diz respeito aos principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados, todos estão descritos no Código de Conduta e Ética, assim como na política de gerenciamento de riscos em vigor em nossa empresa. Além disso, temos a gestão de Compliance, responsável por implementar mecanismos e procedimentos para prevenir, detectar e corrigir quaisquer irregularidades ocorridas na atuação da empresa, abrangendo todos os departamentos, a diretoria e a alta administração.

Esses mecanismos têm o objetivo de garantir transparência e padrões éticos na empresa, disseminando essas práticas para todos os colaboradores e partes interessadas envolvidas.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O setor de Compliance é responsável por monitorar o funcionamento dos mecanismos e controles internos. Em conjunto, o departamento de Recursos Humanos desempenha um papel fundamental ao auxiliar na disseminação dos padrões éticos a serem incorporados em toda a empresa.

A área de Compliance também é responsável por garantir a realização da Auditoria Interna, que atua como uma linha de defesa para supervisionar a gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos. Seu objetivo é prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam resultar em perdas financeiras ou comprometer a produção de relatórios financeiros, visando proteger os interesses dos acionistas e demais partes interessadas.

5.3 Programa de integridade

Todos os órgãos mencionados foram formalmente aprovados.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Com o intuito de fortalecer os pilares da governança corporativa, como transparência e confidencialidade, a Atom implementou o "Canal de Denúncias". Esse canal está disponível tanto para o público interno quanto externo e pode ser acessado através do link: <https://atomp.com.br/denuncia/>. Ele está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

O objetivo do Canal de Denúncias é promover a transparência nas atividades da Atom S.A. e incentivar uma cultura de denúncias, tanto internas quanto externas. Ele proporciona a oportunidade para que qualquer pessoa que tenha algum tipo de relação com a empresa ou esteja ciente de situações inadequadas possa desempenhar o papel de cidadão e também de vigilante da conformidade corporativa.

Quanto à abrangência, o Código de Conduta e Ética se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e funcionários da empresa. Além disso, também se estende a terceiros, como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados. O código também é válido para fornecedores, administradores, colaboradores e parceiros da Companhia.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Conforme previsto no Código de Conduta, a aplicação de medidas disciplinares varia de acordo com a natureza e as circunstâncias de cada violação, na forma de:

- (i) Advertências verbais ou escritas; e
- (ii) Suspensão.

Todas as medidas disciplinares, independentemente da natureza ou gravidade, serão avaliadas pelo diretor ou responsável pelo colaborador em conjunto com o time de Recursos Humanos para, em momento posterior.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão mais recente e atualizada do Código de Conduta e Ética foi aprovada pela diretoria em novembro de 2023. Esse documento está disponível para todos os colaboradores por meio do servidor interno da Companhia

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- (i) **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

5.3 Programa de integridade

O canal de denúncias, até o presente momento é uma ferramenta interna de responsabilidade da gestão de Compliance, que é responsável por zelar de forma célere as apurações das denúncias, devendo esse aspecto ser considerado como medida do seu desempenho.

(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está disponível para todos os funcionários, fornecedores, terceiros e prestadores de serviços, permitindo denúncias tanto internas quanto externas. Qualquer comunicação relacionada a possíveis irregularidades e violações do nosso Código de Ética e Conduta, políticas ou procedimentos internos pode ser feita diretamente através do Canal de Denúncias, acessível pelo link <https://atompar.com.br/denuncia/>.

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Aqueles que desejam fazer uma denúncia serão protegidos pelo princípio da não retaliação. Além disso, o denunciante tem a opção de fazer a denúncia de forma anônima ou identificada, garantindo assim o sigilo de sua identidade e das informações fornecidas, conforme estabelecido por lei.

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Gestão de Compliance é responsável por zelar de forma célere as apurações das denúncias. Após constatada a veracidade do relato com base na compreensão dos fatos e das fragilidades processuais que levaram à ocorrência, são estabelecidas, em colaboração entre as áreas de Compliance, Recursos Humanos e Jurídico, medidas administrativas ou disciplinares aplicáveis aos indivíduos envolvidos, juntamente com a implementação de ações necessárias para evitar a repetição desses incidentes.

(c) Número de casos confirmados nos últimos três exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Durante os últimos três anos, no exercício social, não foram registrados casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia tem um Código de Conduta e Ética que abrange todos os membros de nossa equipe, incluindo administradores, prestadores de serviços, consultores, fornecedores e parceiros comerciais da empresa. Esse código estabelece as diretrizes, procedimentos e comportamentos esperados em todas as relações, tanto internas quanto externas. A existência desse Código de Conduta e Ética, juntamente com os procedimentos mencionados anteriormente, evidencia nossa política e abordagem para prevenir, detectar e corrigir fraudes e atividades ilícitas. Portanto, esse item não é aplicável uma vez que a Companhia, adota medidas e regras voltadas para a mitigação de riscos.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia estava exposta. No entanto, em 11 de dezembro de 2024, conforme descrito no item 1.12 deste Formulário de Referência, foi concluída reorganização societária, a partir da qual a Companhia parou de desempenhar as atividades de educação, edição de livros e revistas e operações de *day trade* no mercado financeiro, e passou a ser uma holding pura, sem atividades operacionais próprias na data deste Formulário de Referência. Conseqüentemente, os riscos aos quais a Companhia e seus acionistas estão expostos sofrerão alterações, conforme refletido no item 4.1 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AQWA CAPITAL HOLDINGS LLC						
49.561.230/0001-19	Estados Unidos	Não	Sim	11/12/2024		
Sim	Elias Fernando da Silva Oliveira		Física		459.077.731-20	
7.284.675	30,602	0	0,000	7.284.675	30,602	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FICTOR HOLDING S.A.						
08.637.270/0001-10	Brasil	Não	Sim	11/12/2024		
Não						
10.927.014	45,902	0	0,000	10.927.014	45,902	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
379.400	1,594	0	0,000	379.400	1,594	
OUTROS						
5.213.809	21,902	0	0,000	5.213.809	21,902	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
23.804.898	100,000	0	0,000	23.804.898	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AQWA CAPITAL HOLDINGS LLC				49.561.230/0001-19		
Elias Fernando da Silva Oliveira						
459.077.731-20	Brasil	Não	Sim	06/02/2023		
Não						
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FICTOR HOLDING S.A.				08.637.270/0001-10		
RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS						
074.094.487-84	Brasil	Não	Sim	06/02/2024		
Não						
10.199.199	100,000	0	0,000	10.199.199	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
TOTAL						
10.199.200	100,000	0	0,000	10.199.200	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	11/12/2024
Quantidade acionistas pessoa física	5.043
Quantidade acionistas pessoa jurídica	18
Quantidade investidores institucionais	11

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	5.213.809	21,902%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	5.213.809	21,902%

Classe de Ação

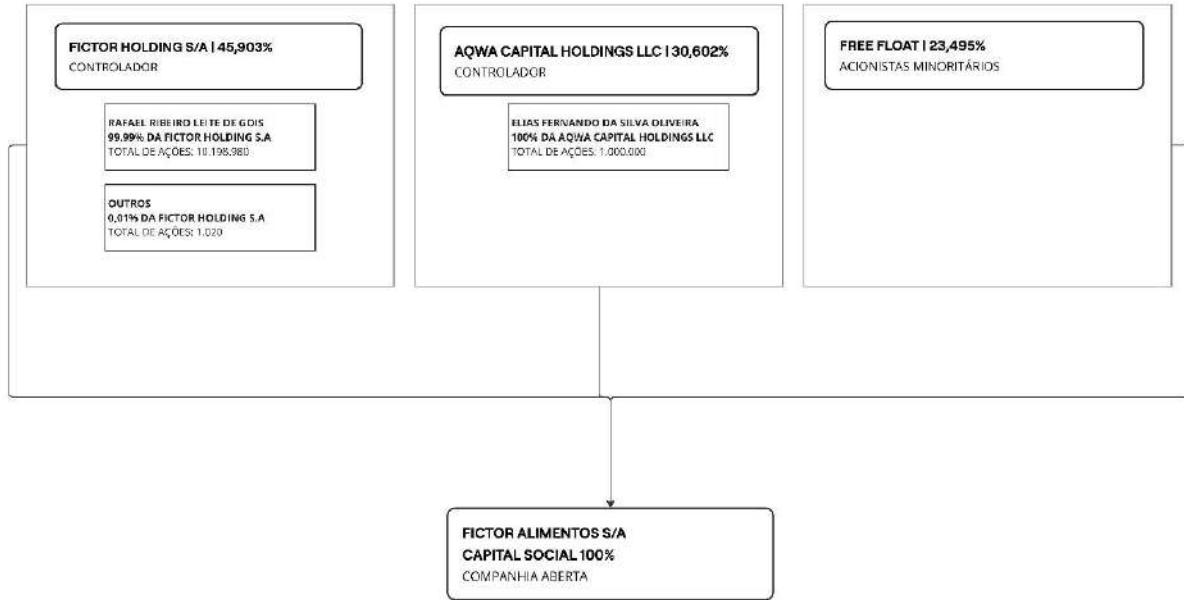
Ordinária Classe A	0	0,000000%
--------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia geral e administração

7.1 – Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de indicação aprovada. A Administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, observadas as regras contidas no Estatuto Social da Companhia e na regulamentação aplicável.

A administração da Companhia deverá ser exercida por profissionais experientes e capacitados, devendo os acionistas indicar profissionais qualificados e de reputação ilibada para ocupar os cargos da administração da Companhia.

(b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Não aplicável, dado que a companhia não possui mecanismo de avaliação de desempenho dos órgãos da administração.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse.

(e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não possui.

(f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Embora a Administração entenda que sua operação não tenha itens críticos ao meio ambiente, a Companhia adota medidas para evitar prejuízo ao meio ambiente, e busca sempre conscientizar o time para a responsabilidade na utilização adequada de insumos, energia elétrica, entre outros.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	1	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	0	8	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria		4	
Conselho de Administração - Efetivos		4	
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	0	8	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 – Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

(a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia não possui Comitês instalados.

(b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Com relação à auditoria independente, o Conselho de Administração, além de possuir as atribuições de indicar e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas controladas, acompanha os trabalhos da auditoria independente, bem como tem a função de realizar aprovação do Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, bem como do Relatório dos Auditores Independentes de cada exercício social.

(c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Até a presente data a Companhia não possui nenhum canal para questões relacionadas a práticas ASG devidamente constituído.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome André Luiz Carneiro de Vasconcellos **CPF:** 112.049.027-80 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas e contador **Data de Nascimento:** 11/03/1987

Experiência Profissional: Formado em Administração e Ciências Contábeis pelo IBMEC/RJ, onde recebeu três Prêmios de Excelência Acadêmica e o Prêmio Acadêmico "Magna Cum Laude". É especialista em Direito Societário e Mercado de Capitais pela FGV/Rio e atualmente cursa mestrado em Administração pela PUC/Rio. Sua experiência inclui passagens pela Marinha do Brasil, ONU, VALE e ELETROBRAS, além de relevantes funções na Prefeitura do Rio de Janeiro, como Assessor Especial da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos, com foco em PPPs e Concessões, e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia Carioca de Securitização. Na Prefeitura de São Paulo, é membro do Conselho Fiscal da Companhia de Engenharia de Tráfego.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/10/2024	Até a RCA subsequente à AGO de aprovação de contas de 31/12/2026	Diretor de Relações com Investidores		11/12/2024	Sim	11/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIZ PHILLIPPE GOMES RUBINI **CPF:** 337.586.168-08 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Executivo **Data de Nascimento:** 23/07/1986

Experiência Profissional: Sócio, CIO e membro do conselho do Grupo Fictor e lidera a posição de Relações Corporativas, que foco nas relações internacionais e nacionais do Grupo com os principais stakeholders. Atua também como conselheiro do BRICS+ e da Fictor Alimentos, empresa listada na B3 em 2024. Com mais de 15 anos de experiência em gestão, investimentos e liderança no Brasil e exterior. É formado em Psicologia pela Universidade Mackenzie e Universitat Autònoma de Barcelona, com capacitação em governança corporativa pelo IBGC. Além disso, lidera iniciativas em empresas como Fictor Agro, Vensa Alimentos, FictorPay e Fictor Energia, focando em inovação e governança. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/10/2024	AGO que deliberar as demonstrações financeiras de 31/12/2026	Conselho de Administração (Efetivo)		11/12/2024	Sim	11/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCIA CAMPOS **CPF:** 842.274.008-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 29/07/1957

Experiência Profissional: Economista com especialização em planejamento e finanças. Participou do Comitê de Investimentos do Banesprev e foi eleita por três mandatos (em 2007/2009, 2011/2013 e 2014/2016, como suplente) e também foi membro do Conselho fiscal e do Conselho Deliberativo. Dentro do Banespa, atuou no Departamento de Planejamento de 1989 a 2000 e chegou ao Banesprev logo após a privatização do banco, convidada para trabalhar na área de investimentos. Experiência vasta em previdência e possui longa trajetória de estudos na área de gestão de fundos de pensão e economia. Atualmente atua como Conselheira Independente da Fictor Alimentos S.A.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/10/2024	AGO que deliberar as demonstrações financeiras de 31/12/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		11/12/2024	Sim	11/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAURÍCIO MENDES DUTRA **CPF:** 006.430.266-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Executivo **Data de Nascimento:** 05/07/1974

Experiência Profissional: Profissional qualificado com sólida formação acadêmica e ampla experiência em mercados internacionais. Doutor e mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Cambridge, possui graduação em Direito pela UFMG, Ciências Econômicas pela PUC Minas e Administração de Empresas pela Sociedade Brasileira de Ensino. É fluente em português, inglês e espanhol, com conhecimentos básicos em francês.
Atualmente, exerce o cargo de vice-presidente no Primeo Bank, onde lidera iniciativas estratégicas de investimento digital, expansão de mercado e captação de recursos. Desde 2005, atua como especialista em mercados internacionais na Limex Importação, Exportação e Participações, com foco em projetos e relações comerciais entre Brasil e mercados asiáticos, especialmente a China. Sua expertise inclui coordenação de implantações industriais chinesas no Brasil, gestão de marcas internacionais e captação de recursos estrangeiros.
Maurício também possui experiência no setor público, tendo sido gestor na Secretaria de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte (1994–2004), onde participou do planejamento estratégico e operacional e foi diretor da YES – Youth Employment Summit, entidade ligada à ONU voltada para questões de empregabilidade global.
Reconhecido por suas publicações acadêmicas, é autor de análises sobre o mercado bancário brasileiro, tratados econômicos Brasil-China e desafios regulatórios. Desde 2017, atua como pesquisador no GAESI (Gestão em Automação & T.I.) da EP-USP, consolidando sua trajetória como especialista em Direito Econômico e mercados globais.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.]

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/10/2024	AGO que deliberar as demonstrações financeiras de 31/12/2026	Conselho de Administração (Efetivo)		11/12/2024	Sim	11/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAFAEL BASTOS PEREIRA **CPF:** 089.879.976-77 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 16/10/1987

Experiência Profissional: Formado em zootecnia, possui uma segunda graduação e pós graduação em Direito, e é especialista em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Tem uma trajetória consolidada no Agronegócio desde 2008, iniciou sua carreira na área técnica, acumulando experiência em empreendedorismo no setor. Com muito orgulho, é Produtor Rural há mais de 20 anos. Paralelamente, construiu uma sólida atuação como advogado e consultor jurídico e de gestão por mais de uma década. Empresário, é sócio-administrador de uma empresa de consultoria jurídica e de patentes. Nesta carreira realizou mais de 30 operações de M&A e Turnaround, somando até o momento mais de um bilhão de reais em negócios. Atualmente, ocupa o cargo de CEO da Atalaia Alimentos, acumulando também a função de Vice Executivo e de Operações na Fictor Alimentos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/10/2024	Até a RCA subsequente à AGO de aprovação de contas de 31/12/2026	Outros Diretores	Diretor de Operações, Fusões & Aquisições	11/12/2024	Sim	11/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS **CPF:** 074.094.487-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Executivo **Data de Nascimento:** 30/03/1978

Experiência Profissional: Empreendedor e gestor com ampla experiência nos setores industrial, de fundos de investimento e imobiliário. Como CEO e sócio fundador do Grupo Fictor, lidera uma holding focada em investimentos e participação em múltiplos setores, incluindo commodities, indústria alimentícia, serviços financeiros, infraestrutura e energia. Ao longo dos 26 anos de carreira, possui profundo conhecimento sobre planejamento estratégico, rentabilidade e qualidade. O primeiro passo no mercado financeiro foi aos 16 anos, trabalhando em uma empresa familiar de gestão de crédito. Durante a graduação em Administração de Empresas, começou a estagiar em uma empresa de embalagens metálicas, onde fiquei por dez anos, eventualmente me tornando Gerente de Supply Chain. Aos 29 anos, se aventurou em seu primeiro negócio, desenvolvendo um sistema para plataformas submersas de extração de petróleo offshore. Simultaneamente, liderou o departamento de Supply Chain na Schincariol/Brasil Kirin, onde teve o papel ativo na reestruturação da empresa. Em 2013, fez um investimento na indústria de bebidas, adquirindo sólidos conhecimentos sobre fundos de investimento e aprofundando a sua experiência em gestão de capital e fluxo. Essas experiências foram fundamentais para a criação e o desenvolvimento da Fictor, fundada em 2007. Hoje, o profissional continua expandindo e inovando, sempre focado em transformar desafios em oportunidades.

Além de exercer o cargo de Diretor Presidente, para o qual são apresentadas as informações neste quadro, o Sr. Rafael foi eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 17/10/2024, com prazo de mandato até a AGO que deliberar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, e com data de posse em 11 de dezembro de 2024.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	22/10/2024	Até a RCA subsequente à AGO de aprovação de contas de 31/12/2026	Presidente do C.A. e Diretor Presidente		11/12/2024	Sim	11/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAUL ALVES ARAUJO DO NASCIMENTO **CPF:** 655.004.156-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 19/09/1970

Experiência Profissional: Profissional com mais de 20 anos de experiência, tendo atuado como Head de Finanças e Controller em empresas multinacionais do segmento industrial, engenharia de construção civil e mineração como ESAB, Cimento Liz, ATERPA, U&M Mineração e Construção. Sólido conhecimento e vivência no segmento alimentício em empresas como Atalaia Alimentos e PifPaf. Atuação em projetos de alta complexidade e envolvendo auditorias externas como KPMG, PWC, EY, Deloitte, Moore e Grant Thornton; Implantação de Sistema SAP e todos os processos relacionados à estratégia financeira da organização. Implantação e participação efetiva em Comitês tributários e de análise de risco, tendo alcançado números expressivos em Planejamento Tributário. Recuperação de crédito de PIS e COFINS de milhões de reais (representando receita de até 30% do faturamento da empresa). Gestão de equipes com até 40 pessoas diretas, além do relacionamento e negociação com as demais áreas e liderança de equipes multidisciplinares. Sólida vivência na construção de premissas orçamentárias e metas, forecast, relatórios de desempenho operacionais e financeiro visando sempre a rentabilidade e lucratividade do business. Capacidade de planejamento de curto, médio e longo prazo, visão estratégica, sistêmica e analítica do business, normas contábeis (IFRS), planejamento tributário, análise crítica dos custos de produção e SG&A, demonstrações financeiras, auditoria externa e interna. Condução de reuniões estratégicas e de resultados com a alta administração e conselho de administração. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, e a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	22/10/2024	Até a RCA subsequente à AGO de aprovação de contas de 31/12/2026	Outros Diretores	Diretor Financeiro	11/12/2024	Sim	11/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não houve instalação de Comitês pela Companhia.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS	074.094.487-84	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente Interino	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

FICTOR HOLDING S.A.	08.637.270/0001-10		
Acionista controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

MAURÍCIO MENDES DUTRA	006.430.266-06	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

AQWA CAPITAL HOLDINGS LLC	49.561.230/0001-19		
Acionista controlador	N/A	Estrangeiro(a) - Estados Unidos	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS	074.094.487-84	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente Interino	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

FICTOR HOLDING S.A.	08.637.270/0001-10		
Acionista controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

MAURÍCIO MENDES DUTRA	006.430.266-06	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

AQWA CAPITAL HOLDINGS LLC	49.561.230/0001-19		
Acionista controlador	N/A	Estrangeiro(a) - Estados Unidos	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor**

RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS	074.094.487-84	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente Interino	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

FICTOR HOLDING S.A.	08.637.270/0001-10		
Acionista controlador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação**Administrador do Emissor**

MAURÍCIO MENDES DUTRA	006.430.266-06	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

AQWA CAPITAL HOLDINGS LLC	49.561.230/0001-19		
Acionista controlador	N/A	Estrangeiro(a) - Estados Unidos	

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 – Acordos/seguros de administradores

A Companhia não obtém apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Além disso, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem contratado seguro de responsabilidade civil (*D&O insurance*) para membros da Diretoria e Conselho de Administração, assim como para administradores de suas controladas.

O estatuto social da Companhia permite a celebração de contratos de indenidade com membros da administração.

Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, o Conselho de Administração poderá adicionalmente decidir os casos em que a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da própria Companhia ou de suas sociedades controladas, com funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Companhia ou em suas sociedades controladas e com as pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicadas para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada, instituidora ou patrocinadora de planos de benefícios administrados por tais entidades, de forma a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles razoavelmente incorridos em razão de processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício de suas atribuições ou poderes no âmbito da Companhia ou de suas sociedades controladas.

Não são passíveis de indenização com base nos contratos de indenidade celebrados pela Companhia as despesas e valores decorrentes de: (a) atos praticados pelos Beneficiários fora do exercício de suas atribuições; (b) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou da respectiva Entidade; (c) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou da respectiva Entidade; e (d) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 7.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores

8.1 – Política ou prática de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2015, foi aprovado o modelo de remuneração da Administração, contemplando:

- Que os membros da administração não receberão remuneração fixa, fixando um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) para cada membro da administração por mês.
- A única forma de ganho dos administradores com a Companhia deverá ser por meio dos seus investimentos pessoais na compra de ações da Companhia no mercado secundário, sendo assim, seus ganhos serão oriundos da valorização da Companhia e eventuais dividendos que venha a distribuir.
- Os administradores da Companhia estarão alinhados aos interesses dos acionistas, por estes serem nomeados por seus acionistas.
- Nenhum membro da administração terá privilégio para compra de participações, devendo eles adquirirem nas mesmas condições dos demais acionistas.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica à Companhia pois os membros da administração não recebem remuneração fixa, verificar item 8.1.a.

8.1 Política ou prática de remuneração

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica à companhia, pois não há indicadores de desempenho realizados bem como não há remuneração aos membros da Administração.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica à Companhia, pois não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não têm remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não têm remuneração fixa.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há	Não há		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há	Não há		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não há	Não há		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não recebem qualquer tipo de remuneração.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não há.	Não há.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há.	Não há.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não há.			
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Não aplicável, tendo em vista que os membros do CA não recebem qualquer tipo de remuneração.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Não há.	Não há.		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	Não há.	Não há.		

EM RELAÇÃO AO BÔNUS

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,00	4,00		8,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	3,00		8,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações (opções de compra de ações).	A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações (opções de compra de ações).		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,00	3,00		7,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações (opções de compra de ações).	A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações (opções de compra de ações).		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,00	3,00		7,00
N° de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento	A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações (opções de compra de ações).	A Companhia não possui programa de remuneração baseada em ações (opções de compra de ações).		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir planos de outorga de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

8.7 – Opções em aberto

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir planos de opções.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 – Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Outorga de ações

8.10 – Outorga de ações

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir outorga de ações realizadas nos últimos 3 exercícios sociais.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	N/A	N/A	

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	N/A	N/A	

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	4,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	N/A	N/A	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Precificação das ações/opções

Não aplicável em razão de a Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações e opções.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 – Participações detidas por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária na data na data de encerramento do último exercício social – 31.12.2023:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	%
Conselho de Administração*	541.565	2,275%
Diretoria	0	0,00%

* As ações detidas por membros do Conselho de Administração que também ocupam cargo na Diretoria Estatutária foram contabilizadas neste campo.

8.14 Planos de previdência

8.14 – Planos de previdência

Item não aplicável, considerando que não mantemos ou oferecemos planos de previdência para os membros do nosso Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	5,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Não há remuneração fixa.	Não há remuneração fixa.
31/12/2022	Não há remuneração fixa.	N/A
31/12/2021	Não há remuneração fixa.	N/A

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Não há remuneração fixa.	Não há remuneração fixa.
31/12/2022		Não aplicável, tendo em vista que os membros do CA não recebem qualquer tipo de remuneração.
31/12/2021	Não há remuneração fixa.	N/A

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 – Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, pois não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 – Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável, pois os membros da administração da Companhia não recebem remuneração.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 – Remuneração - Outras funções

Não aplicável, uma vez que não houve reconhecimento no resultado da Companhia como remuneração aos membros da administração por desempenho de outras funções.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19 – Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

Exercício social corrente (a ser encerrado em 31/12/2024) - previsão de remuneração a ser recebida em função do exercício do cargo na Companhia:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 105.000,00	R\$ 285.000,00	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 08.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0008-00	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
08/04/2024	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
A EY Brasil foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atom Empreendimentos e Participações S.A. (a "Companhia") para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia dos períodos a findar-se em 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024 e 30 de setembro de 2024.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A EY Brasil estima que os seus honorários para os Serviços de Auditoria sejam de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), líquido de impostos. Contudo, os honorários reais podem exceder essa estimativa dependendo das mudanças ocorridas nos negócios ou trabalhos não previstos no escopo.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 – Independência e conflito de interesses dos auditores

Não aplicável, uma vez que não houve contratação dos auditores independentes pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além daquelas prestadas nos itens anteriores nesta seção 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	3	1	0	0	0
Não-liderança	16	3	0	0	0
TOTAL = 23	19	4	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	4	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	19	0	0	0	0	0
TOTAL = 23	0	23	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	2	0
Não-liderança	17	2	0
TOTAL = 23	19	4	0

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	4	0	0
Não-liderança	0	0	0	19	0	0
TOTAL = 23	0	0	0	23	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	19	4	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 23	19	4	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	23	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 23	0	23	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	19	4	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 23	19	4	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

10. Recursos humanos

10.1 – Descrição dos recursos humanos

(a) **Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem: (i) identidade autodeclarada de gênero; (ii) identidade autodeclarada de cor ou raça; (iii) faixa etária; e (iv) outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía colaboradores na vinculados e/ou registrados diretamente por ela. A operação da Companhia era realizada através de sua controlada direta Atom Educação, a qual possuía o total de 21 (vinte e um) colaboradores alocados em 31 de dezembro de 2023.

Estado	Atividade	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
São Paulo	Administrativo	4	7	3
	Atendimento	5	9	4
	Comercial	4	0	0
	Educacional	3	0	0
	Marketing	4	6	2
	Serviços Gerais	1	1	1
Total		10	23	21

31/12/2023

Hierarquia

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	3	1	0	0	0
Não-Liderança	16	3	0	0	0
Total	19	4	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	4	0	0	0	0	0
Não-Liderança	0	19	0	0	0	0	0
Total	0	23	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	2	0
Não-Liderança	17	2	0
Total	19	4	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	4	0	0
Não-Liderança	0	0	0	19	0	0
Total	0	0	0	23	0	0

Localização geográfica

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

Sudeste	19	4	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
Total	19	4	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	23	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	23	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	19	4	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
Total	19	4	0

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía prestadores de serviços terceirizados vinculados a ela própria. A operação da Companhia era realizada através de sua controlada direta Atom Educação, a qual possuía o total de 36 (trinta e seis) prestadores terceirizados alocados em 31 de dezembro de 2023.

10.1 Descrição dos recursos humanos

Estado	Atividade	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023
São Paulo	Administrativo	2	0	5
	Atendimento	2	0	1
	Comercial	0	0	1
	Consultoria	1	3	2
	Educacional	2	4	4
	Marketing – Produção	21	15	9
	Marketing – Performance	2	5	1
	Parceria	3	0	8
	Equipe de vendas	14	3	1
	Serviços Gerais	7	1	4
	Software/Ferramentas	5	0	0
Total		59	31	36

(c) Índice de rotatividade

Não aplicável, pois até o momento a Companhia não realiza essa estimativa.

10.2 Alterações relevantes

10.2 – Alterações relevantes

Em 11 de dezembro de 2024, conforme descrito no item 1.12 deste Formulário de Referência, foi concluída reorganização societária, a partir da qual a Companhia parou de desempenhar as atividades de educação, edição de livros e revistas e operações de *day trade* no mercado financeiro, e passou a ser uma holding pura, sem atividades operacionais próprias e, portanto, sem empregados (exceto pelos membros da administração descritos no item 7.2), na data deste Formulário de Referência.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia e suas controladas não possuem política de remuneração formalizada, porém adotam uma prática salarial alinhada à sua estrutura organizacional e coerente com as práticas de remuneração adotadas pelos demais integrantes do setor em que está inserida.

(b) Política de benefícios

A Companhia e suas controladas adotam uma prática de benefícios que acreditam estar alinhada com as práticas de mercado. A Companhia concede aos seus colaboradores os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho celebrados com o sindicato da categoria, tais como, vale refeição, vale transporte, auxílio-creche, e um percentual de auxílio no plano de saúde.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não aplicável, pois a Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações destinado a seus colaboradores nos últimos três exercícios sociais.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 – Relações entre emissor e sindicatos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha relação com o SINDICATO DOS TRAB. EM EMP. EDIT. DE LIVROS PUBL. CULT. E CATEGORIA AFINS DO EST. DE SÃO PAULO, CNPJ n. 62.253.612/0001-43, e SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, CNPJ n. 33.591.918/0001-01.

Em suas controladas todos os colaboradores são respaldados pela convenção coletiva de trabalho vigente o que garantem direitos, além daqueles concedidos pela legislação trabalhista.

Não foram reportadas greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes sobre a área de Recursos Humanos da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com partes relacionadas

11.1 – Regras, políticas e práticas

A Companhia, visando mitigar situações de conflitos e fundamentando-se nos princípios da transparência e comutatividade, aprovou, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17/07/2020, a Política de Transação de Partes Relacionadas que deverá ser integralmente cumprida por seus administradores, acionistas controladores, conselheiros fiscais, membros integrantes de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, empresas pertencentes ao grupo da Companhia e demais partes relacionadas.

Anualmente, as pessoas acima descritas ou aquelas que tenham uma influência significativa deverão preencher um questionário sobre as partes a ela relacionadas e quaisquer transação entre elas e a Companhia.

Caberá à área de Compliance realizar o controle das informações coletadas, bem como analisar as operações a serem realizadas, certificando-se não se tratar de uma Transação com parte Relacionada.

Somente o Conselho de Administração, com o parecer do departamento de Compliance poderá aprovar uma transação com parte relacionada desde que conclua que de boa-fé, que a transação é equitativa e no interesse da Companhia, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a transação ocorra de maneira equitativa e no interesse da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração considerar principalmente:

(a) Se há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a transação com a Parte Relacionada;(b) Se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, levando-se em conta o custo de monitoramento da transação pela Companhia;(c) Os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;(d) Se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;(e) A metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação;(f) A extensão do interesse da Parte Relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da Parte Relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da Parte Relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, além de outros aspectos que considere relevantes.

Caso a pessoa envolvida no processo de aprovação tenha potencial benefício particular ou conflito de interesses deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação, bem como expondo motivos e dirimindo eventuais dúvidas. O impedimento de qualquer pessoa deverá constar na ata da reunião e a pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações sobre o tema.

A Transação com Partes relacionada deverá ser celebrada por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças, entre outras. Bem como, divulgadas pela Companhia, com detalhes suficientes para a identificação da parte relacionada e de todas as condições essenciais relativas à transação.

11.1 Regras, políticas e práticas

Caso haja descumprimento, as pessoas vinculadas se sujeitarão a medidas corretivas e/ou disciplinares sancionatórias, de acordo com as normas internas da companhia.

A Política de Transação de Partes Relacionadas pode ser encontrada e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (<https://fictoralimentos.com.br/>).

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há transações com partes relacionadas a serem divulgadas para o exercício social corrente. Nos termos descritos no item 1.12 deste Formulário de Referência, foi realizada uma reorganização societária na Companhia, na qual, dentre outros, os seus antigos acionistas controladores alienaram as ações de sua titularidade para a Fictor Holding S.A. e a AQWA Capital Holdings LLC (atual denominação da Conquest Holdings LLC). Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, Exame Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. deixaram de ser partes relacionadas à Companhia.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 – Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Não há transações com partes relacionadas a serem divulgadas para o exercício social corrente. Nos termos descritos no item 1.12 deste Formulário de Referência, foi realizada uma reorganização societária na Companhia, na qual, dentre outros, os seus antigos acionistas controladores alienaram as ações de sua titularidade para a Fictor Holding S.A. e a AQWA Capital Holdings LLC (atual denominação da Conquest Holdings LLC). Dessa forma, na data deste Formulário de Referência, Exame Ltda. e Banco BTG Pactual S.A. deixaram de ser partes relacionadas à Companhia.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas para este item.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/10/2024		10.481.024,61	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
23.804.898	0	23.804.898	
Capital social por classe de ações ordinárias			
Classe de ação ordinária		Quantidade de ações	
Ordinária Classe A		23.804.898	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/10/2024		10.481.024,61	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
23.804.898	0	23.804.898	
Capital social por classe de ações ordinárias			
Classe de ação ordinária		Quantidade de ações	
Ordinária Classe A		23.804.898	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
17/10/2024		10.481.024,61	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
23.804.898	0	23.804.898	
Capital social por classe de ações ordinárias			
Classe de ação ordinária		Quantidade de ações	
Ordinária Classe A		23.804.898	

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
23/06/2026		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
40.000.000	20.000.000	60.000.000
Capital social por classe de ações preferenciais		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	
Preferencial Classe A	20.000.000	
Capital social por classe de ações ordinárias		
Classe de ação ordinária	Quantidade de ações	
Ordinária Classe A	40.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica, haja vista que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica pois a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica pois a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Mercados de negociação no Brasil

As ações da Companhia - FICTOR ALIMENTOS S.A. são negociadas na B3 (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) - sob o código "FICT3".

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica pois os valores mobiliários emitidos pela Companhia não são negociadas em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Destinação de recursos de ofertas públicas

Não se aplica, pois a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes**12.9 – Outras informações relevantes**

Valor em R\$	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Capital Autorizado remanescente			
-	[•]	[•]	[•]

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Ana Carolina Paifer	Diretor Presidente	Substituído	
Danilo Rodrigo Cisotto	Diretor de Relações com Investidores	Substituído	

13.1 Declaração do diretor presidente**DECLARAÇÃO**

Ana Carolina Paifer, na qualidade de Diretora Presidente da ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), declara para os fins do disposto no item 13.1 do Anexo C da Instrução CVM nº 80/22, que:

- a. reviu o formulário de referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sorocaba/SP, 31 de maio de 2024.



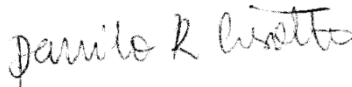
Ana Carolina Paifer
Diretora Presidente
ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**DECLARAÇÃO**

Danilo Rodrigo Cisotto, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), declara para os fins do disposto no item 13.1 do Anexo C da Instrução CVM nº 80/22, que:

- a. reviu o formulário de referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Sorocaba/SP, 31 de maio de 2024.



Danilo Rodrigo Cisotto
Diretor de Relações com Investidores
ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS	Diretor de Relações com Investidores
RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS	Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, executivo, portador da cédula de identidade RG nº 109823443, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 074.094.487-84, na qualidade de Diretor Presidente da **FICTOR ALIMENTOS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 00.359.742/0001-08, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Surubim, nº 373, 1º andar, bairro Cidade Monções, CEP 04571-050 ("Companhia"), para fins do item 13.2 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse; e (ii) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "i" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.

RAFAEL RIBEIRO LEITE DE GOIS

Diretor-Presidente (interino)

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS, brasileiro, solteiro, administrador de empresas e contador, portador da cédula de identidade RG nº 20.681.167-1, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 112.049.027-80, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **FICTOR ALIMENTOS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 00.359.742/0001-08, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Surubim, nº 373, 1º andar, bairro Cidade Monções, CEP 04571-050 ("Companhia"), para fins do item 13.2 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse; e (ii) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "i" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.

11204902780

André Luiz Carneiro de Vasconcellos

ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

Diretor de Relações com Investidores



13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

TITLE	DECLARAÇÃO - DRI
DOCUMENT ID	243546991342059
DOCUMENT PAGES	1
STATUS	COMPLETED
TIME ZONE	America/Sao Paulo

DOCUMENT HISTORY



Signed

Dec 20, 2024
09:03 PM

Signed by
(andre.vasconcellos@fictoralimentos.com.br)
IP: 67.159.244.226